



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

COMISSÃO DE POLÍTICA URBANA, METROPOLITANA E MEIO
AMBIENTE
AUDIÊNCIA PÚBLICA DO PL 619/2016

PRESIDENTE: FABIO RIVA

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA
LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo
DATA: 22/08/2019

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão

O SR. PRESIDENTE (Fabio Riva) – Boa noite. Com a presença do Vereador Police Neto; deste Vereador que vos fala, Vereador Fabio Riva; do Secretário-adjunto da Habitação, queria declarar abertos os trabalhos da 11ª audiência pública da Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente do ano de 2019.

Informo que esta reunião está sendo transmitida pelo Portal da Câmara da Câmara Municipal de São Paulo no endereço www.saopaulo.sp.leg.br, link Auditórios On-Line.

Esta audiência vem sendo publicada no *Diário Oficial da Cidade de São Paulo* desde o dia 15 de agosto. No dia 19 de agosto de 2019, no jornal *Estado de S. Paulo* e no dia 20 no jornal *Folha de S. Paulo*.

Foi convidado a participar desta audiência pública o Secretário João Siqueira Farias, que está sendo representado pelo Secretário-adjunto Eduardo Debrassi. Quero agradecer. Sei que o Sr. Secretário está fora em compromisso, mas quero agradecer a sua presença, da sua assessoria, de todos aqueles que trabalham na Secretaria de Habitação, servidores públicos lá também que prestam relevantes serviços.

Também foi convidado o Secretário Fernando Chucre, Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano e o Presidente da Cohab Alexandre Peixe, como também outros Vereadores e o público em geral.

Queria saudar em especial todos vocês que vieram aqui nesta noite, principalmente os membros do Conselho Municipal de Habitação, os líderes dos movimentos de moradia da nossa Cidade, a todos os presentes que estão aqui demonstrando compromisso com a casa da Habitação de Interesse Social na nossa Cidade. (Palmas).

Eu sou filho do movimento de moradia, então eu sei o quanto, muitas vezes, a gente vem para esse momento e quer expressar todo nosso desejo e a nossa necessidade de ver as coisas acontecerem. Então, queria dizer da minha satisfação e eu acho que é a primeira audiência pública a que eu venho presidir e estou muito feliz porque eu estou junto com meu povo. Cada um aqui está de um lado, cada um tem um representante, mas a luta da moradia ultrapassa as cores partidárias, ultrapassa os desejos pessoais, porque o desejo é de todos

nós. Eu acho que é isso que nos une nesta noite e tantas outras que nós vamos ter a oportunidade de debater com vários Vereadores e, principalmente, aprender com vocês. Cada história, cada experiência traz para o Legislativo Municipal e aí posso até estar falando em nome de outros Vereadores que a gente aprende muito em cada dia com vocês.

Então, fico muito feliz de estar aqui nesta noite. Que a gente tenha uma noite bastante produtiva, noite de trabalho. Aqui não é a gente dizer aquilo que deixou de ser feito, mas pensar naquilo que a gente precisa fazer juntos. A luta é nossa.

A Câmara Municipal, com certeza, vamos nos debruçar neste tema para que a gente possa aprimorar cada vez mais um plano que não é de um único governo, o Plano Municipal de Habitação é um plano de Estado, é um plano da cidade de São Paulo, então, ele precisa ser um plano de um único governo - se é vermelho, se é azul, se é amarelo -, mas que a gente tem ao longo dos 16 anos um planejamento com ações efetivas para que possamos minimizar o impacto habitacional na cidade de São Paulo.

Tem a palavra o nobre Vereador José Police Neto, que também tem batalhado bastante à frente dos movimentos de moradia. Obrigado, Police. Boa noite.

O SR. JOSÉ POLICE NETO – É muito bom rever amigos. Uma amiga acabou de brincar comigo que eu já estou careca, isso prova que a gente não desistiu da luta, mas está duro a gente interpretar planos e planos e planos e o povo continua sem casa.

Penso que a gente tem que ter um compromisso no dia de hoje de conseguir levar para dentro da legislação fórmulas muito objetivas para que a gente, de fato, destrave alguns dos grandes nós que a gente continua tendo.

Nesta abertura vou dizer daqueles que eu sinto que são dos grandes entraves para de fato a gente avançar. Não faz sentido nenhuma unidade habitacional começar a ser construída em São Paulo sem saber qual é a família que vai morar lá – antes de começar a se construir. Temos de acabar com essa história que depois que termina a obra vai se pensar em quem vai lá morar porque o que a gente já teve nos últimos anos de invasão e de perda de habitação de imóvel construído é uma loucura, além do conjunto de dúvidas que fica na cabeça

das pessoas se vai atender esse grupo, se vai atender o outro grupo. Por que não atende esse? Chegou, pessoal. Toda vez que você leva uma obra para canteiro você já sabe quais as famílias que devem ser atendidas e isso tem de estar explícito.

Portanto, qualquer plano que não trate disso não traz transparência, responsabilidade e ética para esse processo. Infelizmente o nosso projeto que tramita ainda na casa não traz nada disso.

Tem outra coisa muito importante. Quando começou essa história - e é muito importante ter a Vanessa aqui - do Plano Municipal de Habitação é anterior ao projeto que está na Casa. Ela começa com a apresentação nesta Casa do Projeto de Lei 509, de 2011, que tinha uma diferença muito grande do que está aqui. Naquele, todas as intervenções que seriam realizadas durante o período, estavam lançadas no mapa e, portanto, você sabia exatamente qual era o terreno ou qual era a favela que seria reurbanizada, tinha o número de famílias e tinha o volume de recurso necessário e o prazo para se realizar. Qualquer plano que a gente monte se não tem o número de famílias que serão atendidas, onde será feito o investimento e como isso vai ser realizado, desculpa, pessoal, não é plano, é uma carta de intenções.

Então, parte do trabalho que a gente vai ter de fazer e confio muito no meu relator é que a gente deixe claro o que a população que há muito tempo milita no movimento, porque todos se conhecem, todo mundo já se encontrou por diversas vezes em diversas batalhas. Chegou a hora de a gente juntar tudo que a gente aprendeu durante esses 10, 15, 20, 30, 40 anos e definitivamente colocar como norte para o que a gente quer nos próximos dias, não para os próximos 40 anos porque a gente não vai estar aí para os próximos 40 anos. Então, a gente tem que de fato conseguir lastrear um processo bem estruturado que consiga reconhecer lá em 2011, quando chega aqui o PL 509, nascia o Habisp, que conseguiu reconhecer quantas famílias seriam atendidas em cada território. O novo projeto nada traz disso. Toda a capacidade que a gente teve de reconhecer território a gente foi abandonando.

Então, quero aqui agradecer o movimento que me acolhe todos os dias, os movimentos que de maneira muito forte, mas eu preciso falar daqueles que mantêm uma

relação íntima comigo. Está aqui do meu lado o Maxwell e fiz questão de pedir autorização para ele estar aqui por que representa um movimento que tem conseguido inovar de maneira vigorosa e agradeço muito dos militantes que estão aqui do MSTI, portanto, tenham de mim o carinho, mas tenham também o trabalho para fazer a transformação. Agradecer muito pessoal da Almem que acabam pegando outro território que também está aqui e, fundamentalmente, a gente trazer para este debate as nossas experiências e as nossas dores, para que o resultado da lei seja, de fato, a conquista de cada um de nós a sua unidade, mas para aqueles que não estão aqui, digo que, enquanto faltar casa para um, faltou casa para todos. Se a gente conseguir, de fato, escrever isso, na lei, a gente sai daqui com a grande vitória, sabendo quais as famílias que vão ser atendidas em cada um dos terrenos que a Cidade já comprou, estabelecendo para cada uma das ZEIS, que estão lançadas no mapa da Cidade e que não estão ocupadas e quais as famílias daquele território têm que ser atendidas.

Portanto, a gente já tem informação, a gente já tem tecnologia e a gente tem que ir atrás, cada vez mais, de financiamento; e acho que a gente tem condições sim de buscar muito mais orçamento do que a gente tem buscado nos últimos anos. Hoje a cidade de São Paulo gasta quatro bilhões com subsídio do transporte público coletivo. Isso é dez vezes mais do que se gasta com habitação na cidade de São Paulo. Então, a gente gasta com o transporte. Por isso, é muito importante a gente começar a entender como se priorizam as coisas na Cidade, porque senão a gente vai continuar chorando a ausência da habitação e morando, cada vez mais longe de onde estava o emprego, sendo expulso da Cidade.

Então, é para esse debate que eu convido todos os senhores, sendo orientados pelo nosso relator, tendo uma equipe do Executivo de muita competência, que está aqui. O Dudu passou um tempo importante aqui, na Casa, com a gente. Portanto, sei o quanto vai se dedicar para a gente ter uma resposta, mas a gente tem que sair desse processo com o compromisso de investimento no setor de habitação, no setor de moradia. Caso contrário, a gente vai ter um plano que vai ter um monte de coisas bonitas escritas, mas, se falta dinheiro, as coisas bonitas não acontecem. Portanto, a gente tem que começar a fixar esse

compromisso. Anualmente tem que haver um percentual mínimo no orçamento, para se cumprir o plano que sai daqui. Caso contrário, é mentira, porque a gente pode ter um monte de planos. Alguém constrói casa sem dinheiro para ter tijolo? Portanto, nosso plano tem que ter dinheiro garantido anualmente, para tirá-lo do papel, e é isso o que a gente vai fazer aqui.

Portanto, parabéns pela presença de todos. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Fabio Riva) – Obrigado, nobre Vereador.

Quero primeiro anunciar a presença da Sra. Juliana Cardoso, aguerrida Vereadora, que também tem lutado bastante pela causa da habitação.

Obrigado, nobre Vereadora. Passo a palavra a V.Exa.

A SRA. JULIANA CARDOSO – Sr. Presidente, eu vou mais ouvir por enquanto.

Quero ouvir o Governo e quero ouvir a plateia. Aí eu falo no final. Hoje eu estou aqui para aprender.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Fabio Riva) – Todos nós. (Palmas)

Tem a palavra o Sr. Eduardo Debrassi, Secretário Adjunto Municipal de Habitação, para fazer as suas considerações e uma apresentação que trouxe para nós. Muito obrigado pela presença.

O SR. EDUARDO DEBRASSI – Em primeiro lugar, boa noite a todos. É um prazer estar aqui. Vários dos senhores eu já recebi junto com o nosso Sr. Secretário João Farias na secretaria, trazendo demandas. Com cada companheiro, cada companheira que participa de uma reunião, trazendo a expectativa e trazendo o sonho da realização de uma habitação de qualidade, na cidade de São Paulo, muitas vezes, a gente se frustra, de não poder dar uma resposta imediata, por ainda não conseguir ter um arcabouço jurídico, de ter medidas concretas, do ponto de vista orçamentário, e planos que possam atender a essa demanda tão necessária para a cidade de São Paulo.

A minha satisfação também é de sempre estar na Câmara Municipal. Eu reporto o espaço mais democrático de debate junto à população. A primeira pessoa, quem sempre está

conosco e quem os senhores procuram, em primeiro lugar, é a figura do Vereador, e S.Exa. joga um papel importantíssimo, e esta Casa tem sido, do ponto de vista da questão habitacional, no município de São Paulo, uma parceira inestimável. Quantas audiências aqui, no orçamento, nós fizemos com os Srs. Vereadores, com a presença do Sr. Fábio e com a presença do Sr. Police, e essa questão dos recursos para a habitação vieram para a secretaria também em função do trabalho realizado pelos Vereadores desta Casa.

Em terceiro lugar, falo em discutir a importância desse debate neste momento. Os movimentos e os senhores que lutam para a habitação sabem que a situação habitacional passa por um momento extremamente difícil, em que o Governo Federal se retirou do financiamento da produção de unidades habitacionais e programas, que eram fundamentais para a cidade de São Paulo. Há duas semanas, o Governo anunciou o fim do projeto do PAC, e nós temos aqui contratos de 2011 e 2012, feitos, no município de São Paulo, que há algum tempo já não recebiam recursos, há alguns anos, mas a extinção do programa coloca esse esforço de produção de urbanização, de produção de unidades habitacionais no âmbito do município, recursos que vinham do PAC exclusivamente dentro do orçamento municipal.

Também nós temos a situação de praticamente a extinção do programa Minha Casa Minha Vida, que era um programa que todas as demandas que surgiam, na Secretaria da Habitação, nesses últimos dez anos, tinham, como pleito, participar desse programa, seja por meio da modalidade da Minha Casa Minha Vida Entidades, seja por meio de outras fontes de financiamento, que atenderiam à faixa de HS2 e a faixa de HS3, e hoje também não são poucos empresários que procuram a Secretaria Municipal de Habitação para dizer que há seis meses de atraso nos repasses do Governo Federal para esses empreendimentos. Então, essa questão impacta diretamente também, porque, a partir do momento em que não se produz o maior número de unidades, isso eleva o custo da produção, da unidade habitacional no âmbito do município.

Há outra questão importante também que eu consideraria aqui, é que vários para programas que já estavam no plano de meta do Sr. Prefeito Bruno Covas, os recursos não

chegaram. Nessa questão, havia 50 milhões de reais do Fnhis para os programas de Retrofit e produção de unidades, para requalificação de unidades aqui no centro da Cidade. Praticamente nós tínhamos esses recursos já destinados para dez prédios que sofreram ocupação aqui no município de São Paulo, e esse recurso foi cancelado.

Então, essa expectativa que havia, com relação ao Programa de Retrofit, nós vamos ter que acomodar nesse debate. Também nós vamos fazer o trabalho tanto da aprovação do plano municipal de habitação como também dentro da conferência, que é um instrumento que está dentro do plano municipal de habitação, mas já foi convocado para o conselho municipal de habitação, na segunda Conferência Municipal de Habitação do Município de São Paulo. Já existem grupos técnicos e temáticos produzindo já material. Nós estamos trazendo todos os setores que participam da produção habitacional na cidade de São Paulo, seja do ponto de vista do Poder Público, a Câmara Municipal, que nós queremos que integre a comissão executiva da conferência, seja a questão do Judiciário, que nós temos estreitado relacionamento, porque hoje tanto o Ministério Público quanto a Defensoria, como Juízes interferem diretamente no processo dos programas habitacionais dentro do município, seja do ponto de vista também da participação dos setores da sociedade civil.

Nós tivemos reuniões com os empresários, com os Sinduscon, que nos colocaram detalhamento a situação da produção habitacional, vários com esses atrasos em situação com as empresas em grandes dificuldades, alguns empreendimentos sem conseguir atender à demanda, procurando e entrando em contato com vários movimentos, procurando encontrar soluções para a questão de demanda e também os movimentos. Nós temos aqui várias lideranças que têm chamamento público já feito pela Prefeitura Municipal de São Paulo. Nós desapropriamos e repassamos o imóvel para essas entidades. Elas fizeram um esforço junto com os seus associados, de elaborar os projetos executivos e várias delas já se encontravam na etapa 2 da Caixa Econômica Federal, que é chegar o recurso e dar o início de obra. Efetivamente, a partir do momento em que o Governo não repassa esses recursos, essa questão paralisou esses empreendimentos, e nós estamos procurando, neste debate com os

senhores, encontrar soluções, para que essa questão não vire um problema também para as lideranças do movimento, que se compromissaram, assim como a Prefeitura de São Paulo, com o sonho desses associados, e teriam a expectativa, nesses próximos anos, de ter esses empreendimentos viabilizados.

Então, eu estou fazendo essa consideração, dizendo que essa lei que está aqui não tem mais o caráter de várias outras legislações que foram aprovadas dentro aqui da Câmara Municipal. Elas se revestem de enorme importância, e acho que a presença dos senhores é o testemunho da importância que a discussão do plano municipal de habitação tem para a Cidade e para a população que necessita do Poder Público, para realizar o seu sonho da casa própria.

Então, eu faço as considerações iniciais, porque o plano municipal também é fruto dessa experiência e dessa relação que a sociedade estabeleceu com o Poder Público nesses últimos anos. Esse plano não surge do nada. Ele surge dessa experiência que os senhores travaram e que o Poder Público também se esforça nesse sentido, de garantir uma São Paulo melhor para todos.

Então, eu acho que essa participação deve se ampliar, e nós precisamos repactuar, com a sociedade de São Paulo, o nosso Plano Municipal de Habitação e, dentro disso, as metas e os desafios que estão contidos dentro dele. Esse é inclusive o tema da conferência municipal, que deve ter a sua plenária final realizada no mês de março do ano que vem.

A nossa tarefa aqui, o que nos foi solicitado é que nós fizéssemos uma apresentação sintética do que diz o plano. Apesar de alguns questionamentos da imprensa, que o plano deveria ser aprovado nos mesmos termos que chegaram aqui, eu acho que essa é uma visão que não corresponde à necessidade desse debate. Acho que chamar os senhores aqui apenas para poder aprovar o plano sem ouvir a sociedade, a contribuição que os senhores têm que dar seria um prejuízo no relatório que vai ser feito com o Vereador Fabio Riva. S.Exa. mesmo tem nos procurado e falado: “Eu preciso ter, estreitar a minha relação com a sociedade de São Paulo, para que eu possa fazer um relatório ou, se precisar haver

modificações, à altura da necessidade que a Cidade precisa”. Então, aqui não se trata apenas de fazer uma audiência pública que tenha um caráter homologatório.

Nós viemos aqui para expor. Nós viemos também aqui para ouvi-los, para aprender e poder encontrar a melhor solução, dentro do relatório que vai ser feito na Câmara Municipal de São Paulo.

Então, vamos passar diretamente para a apresentação.

Nós podemos disponibilizar aqui, deixando com o Vereador e S.Exa. passa. As entidades e vários senhores têm o meu cartão. Entre em contato comigo diretamente lá na Secretaria ou entrem em contato com a Sra. Vanessa, e a gente disponibiliza, por meio de WhatsApp ou e-mail, essa apresentação para os senhores.

A primeira questão é que o Plano Municipal de Habitação é uma decorrência do Plano Diretor Estratégico, que inclusive, na aprovação feita pela Câmara Municipal, colocava a necessidade de se fazer um Plano Municipal de Habitação, e isso teria que estar em consonância e de acordo com o sistema nacional de habitação de interesse social.

Hoje eu tive contato até o Sr. Secretário João Farias. S.Exa. não está aqui hoje porque teve um encontro de Cohabs e Secretários Estaduais e Secretários Municipais, que estão debatendo justamente essa questão do sistema nacional de habitação de interesse nacional, buscando resgatar o sistema, dentro do planejamento global, que foi feito e elaborado na discussão.

Na época, existia o Ministério das Cidades e esse próprio ministérios hoje não existe. Transformou-se numa secretaria, e isso está trazendo enormes dificuldades no encaminhamento e no entendimento com o Governo Federal.

Na nossa avaliação, nós vamos, no próximo *slide*, querer destacar os avanços e ganhos que existem no plano. Então, nós não vamos fazer uma descrição global do plano, mas no que a gente acha que ele contribui e avança do ponto de vista da legislação e dos instrumentos aqui na cidade de São Paulo.

Então, ele estabelece diretrizes gerais para política em lei para um horizonte de 16

anos. Aqui têm duas questões importantes. Uma, por ser lei, então isso se torna uma obrigatoriedade para todos os governos que sucessivamente sejam eleitos nesses 16 anos. Nesse sentido é que eu acho que está absolutamente correta a visão do nosso relator, em que ele diz o seguinte: por ser em lei e sendo um período de 16 anos, ele se trata e passa a ser uma política de Estado. Não está na contingência de que um governante, seja de qual posição política for, ele possa fazer uma alteração ou uma ruptura, porque isso teria de passar necessariamente pela Câmara Municipal. Então, ser lei é muito importante.

E, em segundo lugar, é o período de 16 anos. Essa conformação do período de 16 anos possibilita articularmos, através de um planejamento e de um plano quadrienal, articulado com os PPAs, os recursos e as metas dentro desse planejamento. Então, definimos agora e vamos poder verificar, através das propostas que chegam à Câmara Municipal do PPA, que tem de se remeter à legislação vigente. E, com relação ao Plano de Metas, que tem de ser apresentado por todo Governo no início do seu mandato, que ele tenha uma referência forte, do ponto de vista da produção habitacional e da intervenção habitacional na cidade de São Paulo.

A segunda questão é que ele define programas e estratégias de ação. Então, não se trata justamente desse ponto de nós conseguirmos, nesse debate, materializar, como o Pollice levanta essa preocupação, ter clareza de que programas e quais as estratégias que vão ser feitas para a execução do plano.

Estabelecem a estrutura de gestão e participação, em que tem destaque a participação popular. Eu acho que esse é também um elemento fundamental que está garantido dentro do plano.

E, por última questão, cria uma estrutura financeira. Quer dizer, como serão direcionados os recursos e qual a necessidade de recursos para a viabilização do plano.

Aqui se trata justamente dessa questão, de como o PMH foi construído. O PMH, definido no plano estratégico e depois articulado dentro da Secretaria de Habitação, conta com todo o ponto de vista de sua elaboração da participação de Sehab e Cohab, e, no outro ponto,

a gestão do GT, de um grupo técnico do Conselho Municipal de Habitação. Foi feito o lançamento de um caderno para a discussão pública. Foram feitas oficinas participativas regionais e foram feitas audiências e nós estamos, justamente, nesse ponto, por isso que até destacamos que estamos aqui, mas já considerando um processo bastante longo, de elaboração da proposta. Então, neste momento, se encontra no Poder Legislativo e vamos disponibilizar no HabitaSampa, nesse endereço, pmhhabitasampa.inf.br, as informações sobre o Plano Municipal de Habitação. Então, as pessoas que tiverem curiosidade do desenvolvimento e do andamento vão poder acessar esse endereço eletrônico para ter as informações necessárias para o seu trabalho.

Aqui se trata da estrutura do projeto. Então, o primeiro título é da “Abrangência dos Princípios, Diretrizes e Objetivos”. O primeiro é estruturar uma política habitacional com programas e estratégias adequadas para o enfrentamento dos diversos problemas e necessidades habitacionais.

Eu gostaria de fazer um pequeno recorte justamente sobre a questão do que foi o Programa Minha Casa, Minha Vida nesses últimos dez anos. Eu acho que todas as lideranças, quando iam à Secretaria Municipal de Habitação, debatiam a participação do Programa Minha Casa, Minha Vida. Isso era uma questão bastante positiva, porque tinham os recursos e se criaram algumas novas modalidades em torno do programa, mas ele também reduziu muito o debate sobre outras alternativas que seriam necessárias para a questão de ter uma habitação com qualidade aqui, na cidade de São Paulo. A maioria dos movimentos, nas décadas de 80 e 90, surgiu daquele movimento de urbanização de favelas e assentamentos precários. Tem a questão das ocupações de áreas e muito pouco se debateu, nesse período, sobre essa importância que tem. A própria questão da regularização fundiária não é vista e isso é uma questão e hoje na Secretaria ela é vista o maior programa que temos dentro da Secretaria Municipal de Habitação. Levando em consideração que vamos entregar 21 mil unidades habitacionais até o ano que vem. O Prefeito Bruno Covas talvez será na história do Município de São Paulo o Prefeito que mais entregas de apartamentos vai fazer em dois anos na cidade

de São Paulo. Isso foi em um esforço de que fizemos uma priorização de recursos, tendo que optar, muitas vezes, por paralisar algumas obras e alguns empreendimentos para acabarmos aquelas obras que poderíamos entregar rapidamente para a população. O Prefeito Bruno Covas, por várias vezes, em reuniões com a Secretaria disse que a pior obra que existe é a obra inacabada, que você vai colocando recurso e não entrega o produto final para o interessado.

Então, nós fizemos uma concentração. Já entregamos, neste primeiro semestre, em torno de quatro mil unidades habitacionais. Vamos entregar, até o final de dezembro, mais nove mil unidades habitacionais e completar esse rol de 21 mil, que seriam mais 8.500 unidades, no primeiro semestre do não que vem. Então, estamos finalizando. Mas nós consideramos que a regularização fundiária é fundamental, porque você já tem aquela pessoa que durante anos fez o seu esforço, e se você dá a titularidade, dá a matrícula na mão dessa pessoa, ela pode investir, ela tem a segurança de que aquele bem é dela, que ela pode repassar para o seu filho. Então, nós estamos querendo ter um destaque grande, nessa questão do Plano Municipal de São Paulo, com a questão da regularização fundiária, porque, nas estimativas apresentadas dentro do Plano, são 811 mil imóveis que estão irregulares dentro da cidade de São Paulo. Então, quando falamos que estamos entregando 160 mil, ainda tem um longo caminho e é importante e fundamental, porque retomamos o controle do espaço urbano que hoje, vocês – e que não são poucos que nos relatam -, nós estamos disputando essas áreas, muitas vezes, com o crime organizado na cidade de São Paulo. Não são poucos os relatos de lideranças que, para manterem uma área dentro de um projeto habitacional, muitas vezes são os fiscais e os protetores dessa área, muitas vezes, na ausência do Poder Público. Então, legalizar essa questão é de fundamental importância, porque é uma retomada, também, para a cidade de um conjunto de espaços urbanos, o que nos possibilita fazer um conjunto muito grande de intervenções, depois de melhoria, de programas que possam ajudar as pessoas em um melhor equacionamento de sua unidade habitacional, de sua casa.

Promover uma política que considere a habitação para todos, na cidade de São

Paulo, com foco no enfrentamento da precariedade habitacional urbana. É bom ressaltar que a Secretaria Municipal de Habitação é responsável pelo atendimento de política habitacional para até 10 salários mínimos. Hoje, 95% de nossa demanda se trata da chamada Faixa 1, que existia dentro do Programa Minha Casa, Minha Vida. Mas, como política, nós temos de contemplar também segmentos de trabalhadores. E nós recebemos hoje os sindicalistas da CUT, da CTB, e eles falam o seguinte: esses programas habitacionais concentrados exclusivamente na Faixa 1 não atendem um funcionário público que ganhe até 1.500 reais; um atendente de saúde, casado com uma atendente de saúde, que ganhe até 1.200 a 1.600 reais, que tenham um filho de 18 anos que trabalha aqui na região central, numa dessas grandes empresas de telemarketing que têm aqui no Centro, e nós não temos, neste momento, política habitacional para essas famílias. Existe um problema também que mesmo nos empreendimentos que estamos entregando agora, nós, às vezes, levamos só uma parte dos moradores, porque outros não conseguem, por faixa de renda familiar acima de 2.600 reais. Então, às vezes, nós temos um casal que ganha até 2.600 reais e tem uma família de cinco, seis pessoas, como o estudo não é *per capita*, e se você for olhar do ponto de vista *per capita*, ele está com rendimento menor, mora no barraco do lado e aquele casal vai e essa família de cinco pessoas não vai, e fica sem nenhum atendimento habitacional.

Então, nós consideramos que é responsabilidade nossa também ter uma condição de atender a essa família que estava vivendo e convivendo no mesmo espaço, com as mesmas dificuldades e que também merece um atendimento. E isso não está contemplado hoje dentro das políticas do Minha Casa, Minha Vida.

Articular programas habitacionais e estratégias de gestão; aprimorar programas e mecanismos de participação social e controle social. Eu acho que isso merece um debate maior. Hoje, nós temos centenas de ZEIS dentro do Município de São Paulo. Em todas elas nós vamos ter de constituir um conselho gestor. Existe a discussão da criação de um fórum de conselhos gestores. Nós temos CMH. A nossa preocupação hoje é encontrar um ordenamento que consiga garantir que a participação seja mais efetiva, porque se eu multiplico muito os

órgãos de participação, uma coisa é o setor público, que nós somos assalariados e temos o dever de estarmos presentes, a outra coisa é a população que tem, de repente, participar de um enorme número de conselhos, das mais variadas formas, não conseguindo ver, naquela participação, a resolução do seu problema. Então, precisamos garantir que a participação social não seja confusa, porque estamos com operação urbana; estamos introduzindo o PIU da região de Jurubatuba, da região Central, e mais uma centena de conselhos gestores e isso, muitas vezes, dispersa e confunde a participação popular e a forma de decisão que a Prefeitura tem. Então, nós achamos que tem de ter um debate, dentro do processo, que fique mais claro..., as várias instâncias de deliberação, para que também possamos ter garantia e efetividade para essa participação popular.

Considerar as dinâmicas metropolitanas e locais. Quer dizer, sempre levando em consideração que São Paulo está dentro da maior região metropolitana do País, que conforma quase 21 milhões de pessoas que interagem constantemente com o Município de São Paulo; são pessoas que moram, às vezes, em São Paulo e trabalham em Osasco, ou moram em Osasco e trabalham em São Paulo. E essa dinâmica, dentro da questão da produção habitacional, tem de ser levada em consideração. Nós estamos com situação de ter algumas famílias que estão em auxílio-aluguel em São Paulo e que tinham atendimento definitivo em Osasco. Já acabou o convênio com a cidade de Osasco, Osasco não construiu a unidade habitacional e a pessoa fica no nosso auxílio-aluguel.

Então, por isso, estamos, inclusive, fazendo o cadastramento do auxílio-aluguel para identificar essas situações e procurar encontrar soluções, inclusive com os municípios limítrofes com a cidade de São Paulo.

E, por último, estabelecer as diretrizes para a definição de prioridades. Eu diria para vocês o seguinte: hoje, nós não temos recurso para tudo. E quando você não tem recurso para tudo, é que como acontece com as famílias, você tem de colocar o recurso onde é mais necessário. Quer dizer, quando o salário está largo, dura os 30 dias, você pode ir ao cinema, você pode ter uma atividade de lazer, de ter uma atividade esportiva. Quando o dinheiro fica

curto, é em primeiro lugar a comida; em segundo lugar, o transporte e o resto vê como é que fica.

Então, essa questão de ter exatamente, dentro dos programas, as prioridades, é fundamental, porque também não podemos desconsiderar que existe conflito nessa questão. E nós temos de ter, na conferência municipal e dentro da discussão que temos de fazer, nós temos de pactuar essa situação de saber o que vem primeiro. Depois, a pessoa ter segurança de que será ela. O outro ter segurança que depois dos dois, vem ele. Então, isso é uma pactuação que tem de ser feita com os movimentos em particular, com a Cidade como um todo, com a participação da Câmara Municipal e acho que o principal espaço dessa questão são as conferências e o conselho municipal de habitação, que é justamente um órgão que é um fórum importante nessa pactuação, com relação às prioridades.

Aqui são as estimativas. Hoje, a situação não está fácil, não. Você coloca um número aqui e vai checar ele amanhã e ele aumentou. Você fala: “Pô, mas eu entreguei 21 mil unidades e o número está maior que o número anterior, quando eu comecei a construir o empreendimento”. Ou: “Eu fiz um número de 160 mil regularizações e o número, agora, de regularizações que eu tenho de fazer é maior que quando iniciamos o programa”.

Isso nós temos de levar em consideração, porque habitação é como febre: é onde aparece o sintoma. Muitas vezes, a doença não está ali, mas é onde aparece o sintoma, porque, fundamentalmente, quando olhamos para essa terceira coluna, que são 235 mil famílias, neste momento, este é um dado fundamental. Porque, a partir do momento em que você tem uma situação, na cidade de São Paulo, em que uma pessoa que estava empregada em uma fábrica, ganhando 4 mil reais como operária e essa pessoa é demitida e ela vai para um emprego na área de serviços para ser chapeira em uma lanchonete, ganhando 1.200 reais, logicamente que aquele aluguel que ela estava pagando, e que estava plenamente dentro dos 30% do que é o necessário para se manter a habitação e as outras coisas necessárias para a vida, essa pessoa ultrapassa. Quer dizer, uma coisa é ganhar 3.500 e outra é ganhar 1.200. Essa pessoa sai dessa coluna e passa a integrar uma daquelas duas outras. E nós estamos

vivendo um problema também que, dentro da desregulamentação das relações trabalhistas, o fundo de garantia por tempo de serviço, que foi o financiador, nos últimos 50 anos, dos programas habitacionais, o fundo não só está diminuindo, como também algumas políticas adotadas, como essa dos 500 reais e algumas outras, elas estão depreciando e diminuindo esse valor. Quando você pega a recomposição do mercado de trabalho, que foi feita agora, que diminuiu, e você vai ver onde a pessoa está sendo contratada, você vê que não é com a carteira de trabalho. O que está prevalecendo hoje é a informalidade. E, na informalidade, esse recurso do fundo de garantia por tempo de serviço não entra. Então, existe um problema estrutural de financiamento, porque esse recurso era acessado pela Caixa Econômica Federal para fazer a maior parte dos empreendimentos habitacionais e para fazer, inclusive, as obras do PAC.

Então, nós estamos com um problema estrutural grave, do ponto de vista da política habitacional. E, se não houver uma reversão rápida, o que nós temos é o seguinte: é uma situação em que aqueles dois primeiros números, aquela terceira coluna..., e outros números maiores..., porque aquele número está crescendo. Se eu fizer hoje novamente esse estudo, ele vai dar um número maior. Ele está migrando justamente para aquela parte dos imóveis irregulares ou das favelas e núcleos habitacionais precários. Então, isso aí é só para destacar a necessidade da discussão do Plano Municipal de Habitação.

Aqui vou procurar ser um pouco mais rápido, mostra como você define a estruturação, então o serviço de moradia social, provisão para a moradia para aquisição, locação social, locação social de mercado. Aqui a intervenção integrada, cada um deles, urbanização, regularização fundiária, melhoria habitacional, intervenção em cortiços. Esses são os itens fundamentais que têm de estar presentes no debate do Plano Municipal de Habitação.

Eu diria a vocês que uma questão importante hoje é incluir a figura do auxílio-aluguel, que não consta dentro da formulação do Plano. Esse é um atendimento provisório que começou, quando foi elaborado, com seis milhões de reais e hoje está em 120 milhões de reais. Então, esse recurso que a gente paga do ponto de vista provisório é recurso que sai do

orçamento no investimento ou para melhoria habitacional em projetos de locação ou para produção de unidade habitacional. Ele está num patamar excessivo do ponto de vista orçamentário, não que não exista necessidade dele, mas temos de encontrar um equilíbrio entre o auxílio-aluguel e a necessidade de produzir, porque senão ele passa a ser o grande problema habitacional do Município. Eu atendo as pessoas em 400 reais, eu não produzo unidade habitacional, eu não faço obra de *retrofit*, eu não faço a requalificação do espaço urbano e às pessoas eu dou 400 reais e falo: “se vire no mercado”. E a gente sabe o que é isso, porque hoje esse não é um recurso suficiente para a pessoa ter acesso a uma unidade de qualidade. É um recurso que tem de ser complementado com o orçamento da pessoa.

Próximo. É a questão da assessoria técnica. Reúne ações voltadas para promover o direito das famílias de baixa renda, assistência técnica gratuita para o processo de projeto, construção, regularização fundiária e de lista de Habitação de Interesse Social como parte integrante do direito social à moradia e à Cidade. Essa é uma questão importante, porque na maior parte dos movimentos que se envolveram nos chamamentos da Prefeitura eles tiveram que colocar o recurso. Quem pagou arquiteto, quem foi atrás da... Então, nessa questão que a gente discute de programas de alta gestão, de formas de participação com os movimentos, a questão da assistência técnica ganha relevo e tem de ter como um elemento que ajude os movimentos e as pessoas a terem acesso a projetos de qualidade que possam ser executados. Também não são poucos os movimentos que chamaram assessorias técnicas, pagaram dois, três anos e no final teve que trocar a assessoria porque o projeto não era compatível com o programa da Caixa Econômica, modelagem do espaço, o projeto, ou elementos construtivos que a Caixa não aceitava e virou problema. Então, essa questão da assistência técnica é uma questão importante tanto para a discussão desse debate de autogestão, como também de apoio à produção própria de unidades habitacionais.

Próximo. Do Plano Municipal a atuação integrada em áreas ambientalmente sensíveis e frágeis. Tínhamos aqui no Município o Parque Mananciais e como não tinha aporte de recursos e o Governo Federal também o extinguiu, hoje temos de ter toda uma política para

poder atuar nessas áreas, isso está em debate na Sehab e a gente dá conferência. Vai ter um papel relevante esse debate, porque grande parte dos movimentos de moradia na região do extremo Sul sabe que ali tem várias questões que precisam ser resolvidas, tanto do ponto de vista da regularização fundiária, como do ponto de vista da organização das áreas.

Próximo. Plano Municipal de Habitação. Capítulo Das Ações Transversais. Prevenção e mediação de conflitos fundiários e imobiliários. Nós constituímos dentro da Sehab hoje um núcleo que tem um grupo intersecretarial que trata exclusivamente desse tema, uma equipe de três arquitetos, três advogados, quatro assistentes sociais e, em particular, nessa questão das ocupações do Centro. Tem feito um papel importante na mediação de conflitos e algumas reintegrações de posse, que muitas vezes o setor privado ou mesmo o setor público promove na Cidade. A questão do trabalho, que já é realizado de posse, intervenção e integração aos serviços de controles urbanos – isso é feito hoje pela CTS – o Plano pode potencializar essas ações. A gestão de patrimônio fundiário e mobiliário público para habitação eu acho que é um problema estrutural da Secretaria Municipal de Habitação. Para vocês terem uma ideia, temos 87 empreendimentos, alguns feitos pelo Prover na década de 90, e temos 31 mil unidades habitacionais em TPUs. Isso na Sehab, não estou contando o que está dentro da Cohab. Não temos gestão patrimonial e equipe para fazer essa gestão desses processos. Isso cria uma dificuldade enorme no debate aqui no trabalho da Secretaria. A questão da parametrização e normatização para a Habitação de Interesse Social e qualificação de projetos arquitetônicos e urbanísticos, nós temos de discutir a modelagem dos projetos. Acho que uma coisa é entregar um imóvel no extremo Sul da Cidade que tenha 50 metros quadrados, outra é fazer um projeto aqui na região central de 50 metros quadrados. Teríamos de encontrar outra modelagem e discutir outro formato, não pode ser um padrão como era o padrão do Minha Casa Minha Vida. Teremos de fazer um debate mais intenso sobre essa questão. E a gestão de risco, aqui nem vou entrar muito porque todo mundo conhece a situação habitacional na periferia e quanto se constrói em cima de córrego, encosta de morro e outras situações.

Por fim, colocaria aqui no Título II, que acho fundamental, que é um destaque que a

gente faz, tem que ter o plano quadrienal articulado com o PPA. Então essa questão é fundamental para você ter clareza de quais recursos serão aportados pela Prefeitura Municipal no seu orçamento e as outras questões dizem respeito à articulação do Plano Municipal de Habitação com novos instrumentos urbanísticos, da gestão participativa e controle social na política municipal de habitação, do sistema de informações e sistema de gestão da demanda e monitoramento da política habitacional, das diretrizes e instrumentos e fontes de financiamento. Eu pulei um pouco aqui para não ser muito extenso, mas se trata de um aprimoramento e ampliação de fontes de recursos financeiros. A gente já tem vários instrumentos hoje dentro do Plano Diretor e nas operações urbanas. Agora, na discussão do PIU central da constituição de um bônus e dos recursos dos fundos municipais, que é o Fundo Municipal de Habitação, do Fundo Municipal de Saneamento e Infraestrutura – FMSAI e do Fundurb.

Só queria fazer um destaque para a questão do Fundo Municipal de Habitação: hoje, todo pagamento que é feito dos TPUs, dos empreendimentos da Secretaria Municipal de Habitação vão para o orçamento geral do Município, eles não retornam para o fundo. A Secretaria ainda paga um convenio de 600 mil reais com a Cohab para fazer a cobrança, a gestão e a gestão patrimonial desses equipamentos. Então, seria necessário que o Fundo Municipal de Habitação tivesse o retorno desses recursos para poder ampliar, em particular, a regularização desses empreendimentos que ficam por conta da Cohab, que são de responsabilidade do Fundo Municipal de Habitação, problemas estruturais para a regularização, adaptação dos projetos para poder receber o AVCB e a regulamentação e às vezes até a pintura do empreendimento, já que vários deles se encontram deteriorados.

Por fim, das metas e diretrizes para a distribuição dos recursos financeiros, acho que isso tem de estar disponibilizado no Plano e sendo lei passa a regular o orçamento da cidade de São Paulo.

Agradeço e desculpe por ser intenso, mas acho que me animei pela presença da plateia. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Fabio Riva) – Muito bem, Secretário. Muito obrigado pela

apresentação, pela fala. Passaremos a ouvir os atores principais desse processo.

O SR. JOSÉ POLICE NETO – Presidente, só fazer um agradecimento, estamos aqui, não está tão quentinho, mas tem um pessoal que está lá fora. Então, deixar um reconhecimento ao pessoal que está lá fora, portanto, está nos acompanhando, nos escutando. Estão lá fora porque não houve espaço para entrar e estamos com a galeria do Plenário lotada. Deve ter pelo menos duas mil pessoas hoje, dentro da Câmara, para essa discussão. Então, um agradecimento especial àqueles que não conseguiram chegar, mas estão lotando o plenário externo e a galeria do plenário.

O SR. PRESIDENTE (Fabio Riva) – Muito bem lembrado, uma salva de palmas. (Palmas) A Casa cheia, como dizemos, vale principalmente pela importância do tema. Por isso, Secretário, tanto o senhor, como o Secretário João Faria têm uma tarefa de bastante responsabilidade, assim como o Prefeito Bruno Covas também.

Quero iniciar as falas, começando chamando Cristiano de Farias, do Fórum de Habitação do Butantã. Só quero lembrar que vou cronometrar o tempo de três minutos para cumprirmos a questão do horário. Estou combinando com o Vereador Police e o Secretário, pois algumas pessoas estavam preocupadas por conta do tardar da hora e eventualmente estendermos muito esta reunião. Quero dizer que esta não será a última audiência pública. na quarta-feira já aprovamos mais uma audiência pública para discutir sobre o mesmo tema. Então, nossa preocupação também é com a volta de vocês para casa. Estamos tentando ver se fechamos os nossos trabalhos, o retorno desse debate até 21h30 para que todos possam voltar para casa, pois amanhã é dia de trabalho para todos, porque o trabalhador é lutador. Que tentemos acertar essa questão de horário e na próxima, Secretário, podermos abrir a palavra às pessoas que não tiveram oportunidade para esta.

O SR. EDUARDO DEBRASSI – Posso dar uma sugestão? Que as pessoas tivessem também aqui na Câmara um mecanismo para poder trazer os seus questionamentos e as suas sugestões para a comissão e para a relatoria.

O SR. PRESIDENTE (Fabio Riva) – É, a Comissão de Política Urbana de uma

forma muito plural trabalha para a Cidade, cada um de vocês tem um Vereador que os representa, leve a eles essas contribuições se não conseguirem trazer diretamente à Comissão de Política Urbana. Mas, aquele que por ventura não tiver condições de falar hoje, procure o seu representante, traga os questionamentos que com certeza chegará à comissão para enriquecermos cada vez mais esse debate. Temos 15 inscritos e acho que é suficiente para chegarmos até 21h30.

O primeiro a falar é Cristiano de Farias, do Fórum de Habitação do Butantã.

O SR. CRISTIANO DE FARIAS – Em primeiro lugar, boa noite a todos e boa noite à Mesa. Gostaria só de fazer um questionamento, o Rosalvo acompanha muito isso, pois a habitação é discutida em quatro parâmetros: “a”, “b”, “c” e “d”.

Moro numa comunidade de ocupação, vai fazer seis anos, na Raposo Tavares e pertencço também ao fórum de habitação. Hoje os movimentos de habitação são muito discriminados para o Poder Público, mas por quê? Isso é uma questão de gestão política, porque todo governo que entra abandona os seus projetos dentro das comunidades. O Cingapura foi abandonado quando Maluf saiu. Os movimentos de urbanização foram abandonados quando Luiza Erundina saiu. Todos os projetos de habitação são abandonados por Sehab, Cohab quando o Governo troca.

Qualquer comunidade, quando começa um projeto de urbanização, se o PT ganha, para, porque foi o PT que ganhou. Se o PSDB ganha, para, porque foi o PSDB que ganhou. Temos de parar, senhores, com essa coisa dentro de São Paulo. São Paulo hoje tem um déficit desse aqui, vi hoje na televisão. Déficit de habitação – favelas: 445 mil famílias. Mentira, é muito mais. Invasões: 385 mil, tem muito mais. Moradores de rua: 25 mil, tem muito mais, Srs. Secretários.

Eu, como mexo com fórum de habitação, assim: é uma vergonha o Governo Municipal ter uma estrutura em 32 subprefeituras e não saber o que tem em cada região. Seus funcionários, seus supervisores de habitação, seus líderes de Governo estão fazendo o que lá, que não passam o déficit real de habitação? Habitação hoje é cara, a Cohab está falida e

vocês, políticos, vereadores – igual Police Neto falou, parabéns, Vereador – o supervisor de habitação tem que conhecer sua região, ele tem que ter números, ele tem que saber qual é a comunidade, ele tem que saber qual é a necessidade de cada movimento, porque o movimento do Rosalvo é um movimento de moradia de apartamentos, de casas. O meu movimento é a regularização fundiária e a população tem que parar de ser discriminada. Temos que ser vistos como alternativa de governo local e alternativa de governo municipal. É para isso que a gente está lutando. Movimento tem que ser discutido na base e na subprefeitura.

Quero fazer uma crítica construtiva, Sr. Secretário, chame os seus supervisores de habitação, seus líderes de Governo, porque a maioria não sabe nem o que está fazendo lá, só estão recebendo salário.

Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Fabio Riva) – Obrigado, Cristiano. Vou chamar três inscritos para que possam tomar o espaço do microfone: Maxwell Costa, do MSTI é o próximo inscrito e já chamo o André Silva, do Movimento de Moradia e Sidnei Pita, da União dos Movimentos de Moradia.

O SR. MAXWELL COSTA – Primeiramente, quero agradecer a Deus por mais um dia de vida estando à frente do Movimento dos Sem Teto do Ipiranga. Passei por um momento difícil, os militantes do meu movimento e outros líderes sabem – tive um problema sério de saúde, estou operado. Por isso, quero agradecer até a compreensão por eu estar aqui sentado.

A gente está aqui com movimentos, com trabalhadores e trabalhadoras desta cidade e aqui não tem ninguém melhor do que ninguém. Para lembrar os movimentos aqui, quero uma grande salva de palmas, por favor, para: o Rosalvo, a Nair, o Sidnei, a Nilda, o Donizete, o Djalma, o Valtilio, o Guerra, os líderes dos movimentos sociais que estão aqui na luta por uma sociedade mais justa e igualitária. (Palmas) Se esta Casa está cheia no plenário e na galeria, enquanto lá fora no frio tem outras pessoas, é porque a gente se preocupa com a habitação social desta cidade e a gente quer morar com dignidade nesta cidade. é isso que a gente quer, é por isso que estamos aqui.

Uma pergunta simples, porque me senti muito contemplado com o que você falou. Companheiro. Quem paga aluguel levanta a mão, por favor. Eu acho que essa pergunta que tem que ser feita. Fabio Riva, Juliana Cardoso, Eduardo Debrassi, Vanessa, meu irmão Police Neto, essa pergunta que tem que ser feita para quem está aqui, porque são militantes de movimentos de moradia, são trabalhadores desta cidade.

Quando chega no Plano Diretor e a gente enche esta Casa e quando chega no Plano Municipal de Habitação e a gente enche esta Casa, quando vai para os bairros outras demandas são atendidas e não são as demandas do movimento social por moradia. (Palmas) Não são. Hoje a gente tem sim uma luz, que é a PPP da Habitação. Não sabemos para onde vai caminhar, mas tem uma situação que foi colocada que não adianta ter um projeto lindo no papel, não adianta explicar para a Cidade toda a PPP e na realidade ela não acontecer.

No dia 18 assinaram a PPP do Ipiranga. São 3.500 unidades habitacionais em uma área chamada Terra Prometida, terreno da Petrobras. Faz 13 anos que nós estamos preservando aquela área. O movimento não entrou na área, não ocupou, não fez barraco na área. Não fez nada. Seguramos para a PPP porque não tinha outra política.

Como foi falado, o Programa Minha Casa Minha Vida acabou. E aí? O que vamos fazer como movimento? Se a gente ocupa, a gente é preso. Tem vários companheiros que estão na cadeia e hoje foi negado o *habeas corpus*. Cada um dentro da sua “interpersonalidade”, cada um dentro das suas responsabilidades sociais, cada um sabe o sol que brilha nas costas, mas a gente está na rua por famílias que pagam aluguel e família que merecem o direito à moradia porque está na Constituição Federal.

Eu ter tempo para discutir isso nas próximas audiências públicas e com certeza eu vou trazer propostas que venham de encontro com a Cidade e com as famílias que mais precisam nesta Cidade.

Muito obrigado e boa noite. (Palmas).

O SR. PRESIDENTE (Fabio Riva) – Obrigado, Maxwell.

Agora, André Silva, do MM.

O SR. ANDRÉ SILVA - Boa noite a todas as companheiras e companheiros, uma boa noite aos Vereadores e aos membros da Mesa da Secretaria.

Sou do setorial de favelas da União dos Movimentos de Moradia e aproveitando o gancho da fala do Maxwell e também do Vereador Police Neto sobre a questão financeira e também sobre a questão das PPPs.

O Plano Municipal de Habitação tem um desenho por que a cidade de São Paulo é complexa e não existe apenas um tipo de programa que vai dar conta de toda a demanda habitacional. Então, tem um monte de programas desenhados. Isso é fundamental.

É uma pena que toda a política habitacional ficou restrita a apenas um programa que é a PPP – urbanização de favelas, regularização fundiária. A gente acompanha muitas áreas que estão paradas, as obras de muitos mutirões paradas e, como prova a apresentação, o dinheiro. Mas antes da Minha Casa Minha Vida a habitação acontecia. O orçamento aumentou e por que hoje não acontece mais? Quer dizer, antes do Minha Casa Minha Vida existia dinheiro e agora não existe mais? O que aconteceu com todo dinheiro da Prefeitura? Só o Fundurb, nos primeiros seis meses deste ano, já arrecadou mais do que todo o ano passado. Para onde está indo esse dinheiro? Os primeiros dois anos do atual governo, que mudou o personagem, mas é o atual governo, gastou mais dinheiro com propaganda e publicidade do que com qualquer outra coisa.

Está Casa tem uma responsabilidade que é a seguinte: quando for para priorizar, realmente tem que priorizar o povo pobre, excluído e explorado desta Cidade. Essa é que tem de ser a prioridade desta Casa.

O que aconteceu no Plano Diretor, como o Maxwell bem lembrou? Depois de a gente acampar aqui, tomar pancada e bomba – porque foi assim que fomos recebidos...Na Vila Prudente fizemos uma luta em uma favela histórica para demarcar um terreno de 63 mil metros quadrados como uma Zona Especial de Interesse Social, depois de muita luta, quando teve a revisão da Lei de Zoneamento, o terreno demarcado para habitação de interesse social virou para predominantemente industrial em um acordo que aconteceu e tirou essa perspectiva

de um monte de famílias.

A preocupação que a gente tem e é por isso que estamos lutando nesta Casa, porque temos clareza da disputa que existe internamente aqui, sabemos que a Casa não representa só um grupo, mas uma diversidade de grupos. Acho que se os Vereadores desta Casa tem responsabilidade com a Cidade, com a vida desse povo explorado, tem de garantir um Plano Municipal de Habitação que priorize urbanização de favelas e as famílias exploradas que estão aí empilhadas nas áreas de risco desta Cidade, nem isso até hoje foi resolvido.

Esperamos que aconteçam novas audiências públicas para que possamos debater, apropriar e priorizar os explorados desta Cidade. Vocês conhecem a historia de luta de cada um aqui, então, intervenham porque temos vários companheiros presos e perseguidos, amanhã pode ser qualquer um de vocês que está aqui.

Precisamos dizer: moradia não é mercadoria. Liberdade aos presos políticos porque senão amanhã vamos fazer o movimento em favor de creche e vamos ser presos como terroristas. Luta social já.

O SR. PRESIDENTE (Fabio Riva) – Obrigado, André.

Tem a palavra o Sr. Sidnei Pita, do MM.

O SR. SIDNEI PITA – Primeiramente, boa noite a todas e todos os companheiros e companheiras e saudar a Mesa, o Vereador Police Neto, o Maxwell, o relator e o secretário e a Vanessa, da Cohab.

Precisamos fazer um diagnóstico por que todos os movimentos lá atrás falavam que o Minha Casa Minha Vida vai dar um soluço e todo mundo vai parar de viver e isso veio acontecendo no decorrer no período das mudanças de Governo Federal. Hoje a gente chega a uma história que não pode ser jogada no lixo e dizer que o Minha Casa Minha Vida não foi um programa que deu sustentação aos pequenos municípios mais pobres e aos mais ricos municípios do Brasil.

Hoje a gente tem essa história. Quando a gente vem para São Paulo, a gente se depara com uma condição, um Plano Municipal de Habitação que na teoria é muito bom, mas

na prática não podemos correr o risco de perder o que nós garantimos.

O André falou que de fato temos de garantir. Como que eu garanto? Só vou garantir moradia de interesse social se realmente Vereador A ou B não quiser tirar a ZEIS lá na porta dele porque muitas vezes fala que aprova o Plano, mas não quer as zonas de interesse social. Por quê? Fica lá na porta do outro, pobre não quer ali. Temos de garantir as ZEIS, que é o instrumento que garante para produzir HS1, moradia de interesse social. Então, temos de garantir isso no Plano porque o Plano terá mínimas mudanças a cada quatro anos. É o que estamos revendo aqui. Então, ele é para 16, mas rever em quatro.

Então, temos de garantir todo tipo de instrumentos que o movimento construiu, porque muitas vezes a especulação imobiliária e outros...tem muito poder. Vou pegar uma história que aconteceu no bairro do Brás. Não estou para condenar, mas preciso falar porque jamais isso pode acontecer em uma cidade que tem um déficit muito grande de moradia, um lugar que era Zona Especial de Interesse Social, na área Central, e teve uma construção de um templo de igreja porque exatamente foi permitido o alvará de construção, mas ele tinha só alvará de reforma. Hoje teve uma briga feia no Ministério Público que tem uma área lá no Tatuapé que precisa ser devolvida para habitação de interesse social e ela não pode virar só PPP. Precisa ter um misto naquela área que comporta as duas formas porque a gente entende que nesta Cidade quem ganhar dois mil, três mil também precisa da moradia, mas ela precisa ser equilibrada. Ela não pode ser só PPP. Ela tem que ser PPP, mas tem que ter garantia de HIS. Por que não podemos produzir Parceria Pública e Popular nesta Cidade? Ficaria muito lindo.

Eu gostaria de deixar aqui, Secretário, que me parece que o PPA de 2018 a 2021 tem equivalente a 215 bilhões, então é preciso que a gente olhe com carinho na hora que formos olhar no PPA também a questão da moradia, porque se não passa tudo e a gente acaba não olhando de fato o que a gente precisa fazer

Por fim, acho que o Plano Municipal de Habitação, juntar com a segunda conferência, a cidade de São Paulo, gente, pasmem, vai ter a segunda Conferência de

Habitação agora, depois de 15 anos. Teve uma primeira, vai ter outra. Então, precisamos aprimorar dentro das conferências porque é onde, de fato, reúne todos os povos dessa cidade. E por que é que alguém falou que aqui está lotado hoje? Exatamente a moradia é um movimento que mais reúne trabalhadores e trabalhadoras por falta de um teto nessa cidade. Portanto, acho que os movimentos estão aqui para contribuir e ajudar nas propostas, mas que forem mais necessárias para os trabalhadores. Acho que é isso.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fabio Riva) – Tem a palavra o Sr. Gegê, do CMP.

O SR. GEGÊ – Boa noite companheiras e companheiros, eu quero cumprimentar os membros que compõem essa Mesa, mas, em especial, cumprimentar o plenário porque é quem garante a nossa festa, é esse plenário. Quero dizer que, no papel cabe tudo, menos a verdade, menos a realidade. Tudo apresentado pelo nosso amigo e companheiro Dudu está bonito, mas Dudu você esqueceu de uma coisa: cadê o banco de terra que a cidade de São Paulo não têm? Nós precisamos de um banco de terra. A Prefeitura não pode ficar na dependência de que vai construir um projeto de habitação, e aí vamos comprar terra, nós temos que ter terra para as reservas que vão surgindo.

Quando surgiu o Minha Casa, Minha Vida, eu fui um dos que disse para nossa companheira Dilma Rousseff e para o Presidente Lula não ia dar certo. Por que não ia dar certo? Por que era um plano que só as construtoras e empreiteiras iam usufruir daquilo. Então, foi preciso fazer uma guerra, para poder o Minha Casa, Minha Vida ter entidades, aí sim, porque é dinheiro na mão das entidades que vão construindo.

E agora esse governo que está aí, que muitos de vocês aqui votaram neles, agora ninguém votou nele, ele está lá porque é bonito. Não é verdade companheirada? Está lá porque foi eleito e nós temos de reconhecer que ele foi eleito e na eleição dele teve falcatruas e nós engolimos calados e agora está acabando com toda a questão social. Está acabando. Está acabando com todos os planos sociais e para isso é preciso que a gente tenha um governo máximo e não um governo mínimo. Se nós tivermos um governo máximo, preocupado

com a construção da cidade como um todo, aí nós vamos ter uma cidade para todos e para todas. É preciso que a gente tenha a compreensão de que a cidade de São Paulo não pode viver de programas e sim de planos de governo, de estado. Temos de ter um plano de estado. O estado vai garantir que tenha habitação popular a preço de banana, sim, senhores, para aqueles que têm baixos salários. Temos de nos preocupar com um plano de governo que se nós não tivermos habitação para quem ganha até um salário e meio, no máximo, nós não estamos construindo a ligação para a cidade de São Paulo, estamos construindo habitação para a chamada população média. E aí é que está a questão.

Por isso quero encerrar deixando claro que a próxima audiência pública não pode ser também nesse plenário aqui. Temos que ter um espaço, no mínimo, que caiba cinco mil pessoas. Vamos garantir que a população de São Paulo possa participar disso aqui e minha proposta, encerrando, deixando claro que a próxima audiência pública seja ao menos um espaço amplo onde caiba todos e todas para não ficar ninguém lá fora, nem na chuva, nem no frio.

Boa noite, obrigado, companheiros.

O SR. PRESIDENTE (Fabio Riva) – Obrigado, Gegê, podemos fazer no Anhembi. Por que não? Vamos colocar todo mundo lá.

Tem a palavra a Sra. Fátima Santos, Conselheira Municipal do Movimento de Moradias, também do MM.

A SRA. FÁTIMA SANTOS – Boa noite a todos companheiros e companheiras, boa noite aos Vereadores que estão na Mesa, à Vanessa, ao Secretário Adjunto, ao Maxwel. Só para colocar aqui um pouco, sou Conselheira Municipal de Habitação e tem vários companheiros e companheiras, boa noite a todos. Quero que levantem a mão todos os Conselheiros que estão aqui hoje, parte do movimento, lembrando que temos uma grande discussão no Conselho Municipal de Habitação, exatamente, Vereadores, sobre o Orçamento público da cidade de São Paulo.

Hoje mesmo tivemos uma reunião da executiva, quando coloca na mesa a questão

da construção e o que vai ser elaborado para cidade de São Paulo, que vai atender a população de baixa renda, a metade do orçamento foi cortado hoje, nas custas da Cohab, na apresentação da Cohab, a gente viu que muita coisa que vai atender a população da cidade de São Paulo, não vai ser feito esse ano mais, porque não tem orçamento. Inclusive eu queria cobrar aqui que deveria sim mostrar o gráfico do Orçamento desse ano aqui para gente, que não foi mostrado na apresentação. Vocês todos deveriam saber quanto que tinha de orçamento aqui para 2019. E isso não foi mostrado.

Eu peço que, por favor, mostrem na outra apresentação. Falar também um pouco na questão do Programa de Habitação que nós temos na cidade de São Paulo. Nós não temos hoje um programa da cidade de São Paulo de habitação. Ficamos a ver, que o Secretário colocou, e nós temos 10 anos de Minha Casa, Minha Vida, mas quero lembrar que nós não temos 10 anos de construção de Minha Casa, Minha Vida, na cidade de São Paulo. Nós temos de 2013 para cá, porque o governo anterior não aceitou o programa na cidade de São Paulo. Foi ou não foi? Então não temos 10 anos de habilitação aqui em São Paulo, nós temos quatro anos e pouco e nessa nova gestão que estão encerrando o Programa de Habitação. Não temos esses 10 anos. Isso impacta de a gente não ter outro programa na cidade que atenda a população de baixa renda. Agora estamos discutindo a questão de qual vai ser o nosso Programa de Habitação. Tem os GTs montados, vem a questão da PPP, mas nós não queremos parceria pública e privada, queremos parceria pública popular. É isso que nós queremos na cidade de São Paulo e que vai atender todas as famílias de baixa renda.

E não esqueçam dos idosos, que vão atender os idosos na cidade de São Paulo, a maioria hoje já são idosos em São Paulo. É isso que nós queremos. Que tenha mais audiências e que consigamos discutir isso melhor, que consigamos ver e mostrar no gráfico. Quando eu vi a apresentação do Orçamento da cidade de São Paulo, para vocês terem uma ideia, não sei se mudou, mas era o mesmo valor do Orçamento de 2013, para vocês terem uma ideia. Então, eu não sei se mudou, depois dessa discussão que a gente teve, depois que a gente ouviu o Orçamento. Mas eu quero saber por que não foi mostrado aqui hoje e acho que

você deveriam saber quanto que era o Orçamento que estava previsto hoje para cidade de São Paulo este ano.

Obrigada e boa noite.

O SR. PRESIDENTE (Fabio Riva) – Tem a palavra a Sra. Vera Lúcia.

A SRA. VERA LÚCIA – Boa noite a todas e a todos. Eu sou do Conselho de Habitação da zona Norte e a maioria dos companheiros e companheiras já falaram por mim muito do que eu tinha dizer. O que eu tenho que colocar agora aqui é uma pergunta para a Mesa. Na região da zona Norte estão sendo feitos muito projetos de habitação que vão ser votados agora pelo novo Conselho. Nesses projetos há muitas desapropriações e eu quero saber onde vão colocar essas famílias, já que nós não temos projeto de habitação nem para aqueles que já estão no bolsa-aluguel. Então vão ser mais famílias que não vão conseguir ser colocadas no bolsa-aluguel. O que vai ser feito dessas famílias é uma das minhas perguntas. Eles falam muito em déficit de local para projeto de habitação na zona Norte, só que a gente tem lá muitos comércios grandes, comércios em áreas em áreas públicas. E por que é que esses comércios não são retirados para se fazer construção de moradia popular? Por que são permitidos mercados, postos de gasolina, em áreas públicas? Eu pergunto. E querem tirar o morador pobre que não tem condições nem de pagar o aluguel e de se alimentar e concordam em deixar hipermercados e postos de gasolina em área pública. Isso é uma vergonha, tem que acabar.

Outra coisa, fomos pegos no meio da gestão. Eu estou há seis anos direto no Conselho, acabou minha gestão agora, e a gente foi pego de surpresa com a mudança do cronograma de áreas de risco que eram prioridades o atendimento em áreas de risco e esse projeto foi mudado, esse cronograma. E fomos pegos de surpresa e não sabemos o porquê.

Outra questão é que ouvi falar agora que os novos conselheiros vão ter que garantir recursos para novos projetos. Para que novos projetos se nesses seis anos os projetos que foram aprovados não saíram da gaveta? Eles não foram feitos é jogar dinheiro fora. Fazer projeto, contratar arquitetos, firmas, empresas, para fazer projeto e esse dinheiro vai ser jogado

fora por que os projetos foram aprovados, mas estão na gaveta. Para que garantir mais orçamento para projeto de habitação, se eles acabam ficando na gaveta? Essas são as minhas indagações, por enquanto.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Fabio Riva) – Tem a palavra o Sr. Miguel Gomes, do Movimento City Jaraguá e também Conselheiro do Conselho Municipal de Habitação.

O SR. MIGUEL GOMES – Boa noite a todos e todas, boa noite à Mesa, não vou numerar porque, se começa a falar, vou perder muito tempo. Primeiro eu queria falar para o Vereador Police Neto que o Abisp não existe, é uma das nossas discussões do Conselho de Habitação que foi trocado o Abisp pelo Habita São Paulo e nesse intervalo sumiram as listas de todo mundo que entrava no *site* e estava lá na parceria social e diziam onde ele ia morar e isso hoje não existe mais.

O Conselho tem cobrado uma explicação de onde foi parar a lista do Abisp. Deram um prazo de 30 dias para nos responder e já vai fazer seis meses. É um absurdo que isso possa acontecer porque as famílias contavam com esses lugares e hoje não existe mais. Quando o Vereador fala no Abisp, não existe, Vereador. Outra coisa: PPP nós não somos contra, mas queremos que a PPP atenda nosso povo. PPP restringe quem já teve o nome restrito. Restringe quem ganha um salário mínimo, quem tem renda como autônomo. Que programa é esse? Está claro na cabeça da Secretaria que PPP não atende a classe baixa da sociedade. Veio para outro significado.

Eu acho que falta na cidade planejamento. Eu não posso gastar o que eu não planejei. No Fundurb tem dinheiro, mas não tem planejamento. O primeiro planejamento, usando a palavra da companheira que falou aqui, se eu não tiver ali colocado quanto eu tenho para gastar como vou planejar? Eu tenho que primeiro saber meu salário, depois eu tenho que saber o que eu gasto dele, se o governo não coloca o Orçamento, como vai gastar? Precisa planejar a cidade. Nós do Conselho estamos aqui para ajudar a planejar a cidade e estamos aqui para cobrar, tanto é que estamos incluídos em vários GTs para contribuir com

planejamento. O Vereador relator do PMH esteve em reunião com Conselho nos ouviu e ouviu nossas propostas. Agora a Casa tem responsabilidade de aprovar o PMH, com coerência, sem alteração, porque isso foi discutido. Se quiser alterar vai ter que discutir com a sociedade de novo e discutir com a sociedade não é só fazer audiência restrita para 500 pessoas, é discutir com a população. São Paulo tem 11 milhões de habitantes, é muito pequena quantidade que tem aqui para os milhões de habitantes.

Sugiro que a próxima audiência não seja feita assim tão corrida. Pense num lugar que atenda nosso povo. É um desrespeito tratar da questão da habitação em São Paulo e achar que só vai vir aqui 500 pessoas, porque se isso divulgar e tiver espaço cinco mil é pouco.

Se quer discutir com a sociedade, sem enganar a população, vamos fazer as coisas direito. Vamos chamar a população para discutir e ouvir a população e colocar o que a população e ouvir o que a população tem para dizer.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fabio Riva) – Tem a palavra a Sra. Rosimeire Lima Martins

A SRA. ROSEMEIRE LIMA MARTINS – Boa noite a todos e a Mesa. Eu tenho uma crítica a fazer a PPP do centro, que é uma vergonha. Fui sorteada e os apartamentos são na cracolândia. Você quer morar no lugar onde você sai como a sacola do mercado e você é invadido por eles. Eles levam tudo. Como que você vai sair com segurança e ir para um lugar desses? Onde que está o projeto? Só porque a gente é pobre, vamos morar num local daqueles? Achei errado o projeto que fizeram, não pelas pessoas que estão doentes lá, porque eles são doentes, eles precisam de tratamento, de qualidade de vida também, e tirar o pessoal das ruas. Como vão abrigar as pessoas nos apartamentos e levar as pessoas para lá porque a gente paga aluguel, mas a gente tem segurança no lugar onde moramos. Levar a gente para um lugar onde não tem segurança? Você não quer morar lá. Quero deixar esse daí para que vocês reflitam que vocês fizeram e para não acontecer mais.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fabio Riva) – Obrigado Rosemeire. Com a palavra o Luiz

Carlos Vieira, do movimento União de Moradia.

O SR. LUIZ CARLOS VIEIRA - Boa noite a todos. Nobre Vereador Fábio, em primeiro lugar o que eu vou falar aqui às vezes não tem muito a ver com o tema Habitação, mas é para refletir e ter consciência, não só nós como todos os brasileiros, ter consciência do que acontece em nosso País. Para que eu não seja mentiroso aqui, porque muitas vezes não acompanho muito, agora, na época das eleições das políticas a gente acompanha. Pergunto ao nobre Vereador Fábio, quantos vereadores temos aqui na mesa?

O SR. PRESIDENTE (Fabio Riva) – Aqui na mesa são três vereadores. Nós temos 55.

O SR. LUIZ CARLOS VIEIRA - Três! 55... O que eu voltei não está aqui. Eu cheguei aqui só observando. Sou um pai de família não sou presidente, não sou nada de nenhum movimento aqui. Sou apenas um participante do movimento. Mas cheguei aqui observei esses quadros que tem aqui. Esses quadros aqui representam - não sei se vocês olharam e perceberam - aqui é uma igualdade. Tem portugueses, índios, padres, até São Pedro está ali, quer dizer isso aqui está representando a igualdade. Onde estão os Vereadores que voltamos que representam tudo isso aqui? Na hora que a gente votou, e estamos aqui para lutar pelos nossos direitos e aí o Vereador em que você votou não está aqui sentado lutando pelo que você quer; Então quer dizer que cada um por si, e Deus por nós todos, Então a gente parar um pouquinho e pensar sobre isso. Eu venho aqui para ter essa chance de falar, como tá sendo filmado, talvez o que eu esteja falando aqui não vai mudar em nada, mas pelo menos meu pensamento está sendo colocado aqui e alguém vai ouvir. Pode ser que não mude para um ou para dois...

Obrigado! Boa noite!

O SR. PRESIDENTE (Fabio Riva) – Obrigado Luiz Carlos.

Tudo que as pessoas falam aqui, sempre serve para alguém. Temos chamado todos os Vereador a participar: Vereadora Juliana está aqui. Vereador Police Neto, outros vereadores. É isso aí. Estamos trabalhando para ouvir vocês, para cada vez mais melhorar

como pessoa, como ser humano e como parlamentar.

Com a palavra o Sr. Rosalvo.

O SR. ROSALVO - Boa noite a todos! Boa noite a mesa! Eu estou militando no movimento de Habitação, especificamente, desde 1982. Conheci vários Vereadores que se envolveram, se envolvem que se dedica à luta de habilitação, inclusive. Claro que os vereadores não se dedicam apenas a um tema mas tem vários temas e alguns prioritariamente, alguns temas. Por exemplo, aqui na Mesa todos tem essa atuação, o Netinho, eu conheço o Vereador José Police Netos desde quando era Netinho e temos uma relação antiga. Conheço vereadores que trabalham com Habitação, que não estão aqui, sei que não são Vereadores relapsos como, por exemplo, Gilson Barreto, Rinaldi e os outros. Alguma razão deve haver para sua agenda não estar aqui. Não sei! Eles deveriam realmente explicar.

Há muito tempo a Prefeitura tinha um programa de habitação com a COHAB. O Estado tinha programas de Habitação com CDHU, e o Governo Federal tinha programa de Habitação com o BNH e depois virou Caixa Econômica Federal. E nós do movimento tínhamos um sonho de juntar os três entes para ganhar mais força. Achávamos que íamos ter uma atuação coordenada e com muito mais dinheiro, iam fazer programa. Conseguimos juntar. A partir do programa Minha Casa Minha Vida, o Governo do Estado entrou colocando uma parte do recurso e também é ai parou de produzir. Foi impressionante. Quando a gente conseguiu juntar, não funcionou. O Minha Casa Minha Vida, para a Cidade de São Paulo, para a Cidade, especificamente, funcionou na parte das empresas. As construtoras conseguem construir, os movimentos populares, não! O Minha Casa, Minha Vida entidade, não conseguiu trabalhar. Esse é um dado que precisamos constatar e ver que a Prefeitura precisa ter o seu programa, o Governo do Estado, a União também precisa ter o seu programa como também algum programa que se junte. Mas não pode ser exclusivo. Se o Governo Federal não entrou com a parte dele ninguém consegue construir. Se o Governo do Estado não coloca a parte dele não se faz nada, e se a Prefeitura não põe a parte dela, também não anda. É preciso haver programas que andem independentes, e outros programas que estejam juntos.

Nós temos programas em andamento, teoricamente. Uma das coisas que me preocupa muito são chamamentos feito pela administração anterior, ali no apagar das luzes, no final do mandato o prefeito Haddad fez alguns chamamentos, que seriam as licitações, inclusive, para terrenos que não eram da Prefeitura. E aí acabou não desapropriando. Gerou um problema enorme para os movimentos. Vou dar um exemplo para vocês: terreno extraordinário, a minha Associação ganhou uma licitação, um chamamento desse, para uma área chamada Bresser 14, ao lado da Estação Bresser do Metrô. Passaram a escritura no nome da Associação, junto veio o IPTU, 74 mil reais nesse último ano. A associação tem de pagar. Mas nesse momento a associação tem o projeto aprovado, alvará de construção e incorporação, e não pode começar, porque não tem dinheiro na caixa para tocar. Essas questões são muito grandes.

Outra coisa que eu acho que é importante a gente colocar é que o movimento popular consegue se unir em momentos como esse, mas eles têm muitas diferenças em si. Tem a sua característica cada um. E a gente precisa, Vereador garantir a democracia no atendimento. É preciso que o atendimento seja republicano. Não dá para ter atendimento dos grupos que apoiam o Governo de turno. Não é possível a gente continuar assim.

Para terminar, quero colocar outra questão que é muito importante para o programa de habitação, é a questão ambiental da Cidade de São Paulo. Nós estamos assistindo a devastação do que resta de Mata Atlântica e depois o Estado vai e regulariza. Nós dos movimentos populares precisamos ter este cuidado. Temos um problema grave que é a relação, principalmente, na periferia mas também no Centro, com o crime organizado. Pessoal que fazem ocupações precisam se preocupar com isso. E tem ocupação como um método de trabalho. Precisa se preocupar com isso, porque na hora da ocupação dá para fazer em seguida o crime organizado encosta, expulsa as Lideranças ou a liderança é obrigada a conviver com ele, se contamina e depois acaba tendo problema com a Justiça.

Era isso. Obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Fabio Riva) – Obrigado Rosalvo. Com a palavra a Sra. Tata

Silva, da Associação de moradores do Jardim Manacá.

A SRA. TATA SILVA – Boa noite a todos. Sou líder comunitária do Jardim Manacá, da serra e adjacências. Estamos no Manacá da Serra há 20 anos. Fico pensando quando que realmente vai se resolver o problema da regularização fundiária desses bairros. Porque esses bairros são consolidados, pode se fazer melhorias de pavimentação, asfalto, água, de esgoto, de Correios nessas áreas. Não temos isso lá então. Eu estou cuidando do Manacá da Serra diretamente há 12 anos. Faz 12 anos que venho às audiências e faz 12 anos que espero que alguma coisa aconteça no Manacá da Serra. A única que consegui no Manacá da Serra, foi água, esgoto, mas por meio de uma ordem Judicial. Fico pensando se os vereadores que estão defendendo quem votou neles? Porque se eu continuo sem água, sem esgoto, sem correio, sem asfalto. Minhas filhas continuam pisando na lama. Será que estamos sendo representados? Será que estão realmente resolvendo o problema da regularização? Estão querendo regularizar os bairros irregulares? Que já são consolidados, que estão lá e que não vão sair? Porque se eu estou lá, é consolidado, é Zeis, é passivo de regularização, e nada acontece, alguma coisa está errada! Alguma coisa está errada! Eu quero saber quando que isso vai acontecer. Eu sempre digo nas audiências, que eu fui mãe aos 40 anos. Gerei Gêmeas, todo o tempo da gestação elas mexiam, pulavam dentro de mim. Eu tinha a sensação que eu não estava grávida e que eu não era mães. Mas quando eu cheguei para registrar minhas filhas que aquele moço me chamou e disse, vamos conferir seus dados: Alciete Araújo da Silva, a mãe Alciete Araújo da Silva. Eu tive certeza que eu era mãe. Sabe quando que eu vou ter certeza que eu sou dona da minha casa? Quando alguém me disser assim: aqui está a escritura da sua casa. Aqui está escritura da sua casa. Sabe o que é cada dia, cada noite, que nós passamos lá? Sabe quantas vezes fiscais foram lá para demolir a minha casa, nesses 20 anos? Sabe quantas vezes disseram que eu não sou dona da minha casa, que eu comprei, paguei, trabalhando de empregada doméstica? Então, por favor, Vereadores, vamos fazer isso acontecer! Vamos gerar e vamos parir isso, porque eu não aguento mais! Vamos asfaltar nossas ruas. Vamos colocar correios porque eu não recebo um cartão na minha casa. Eu não

recebo, porque a área não é regularizada. Tem pessoas lá: velhos, idosos que trabalharam a vida inteira e estão morando no Manacá da Serra, eles não podem ser atendido pelo médico. Porque o médico não tem condições de chegar com o carro até a casa dele. Vamos parar de palhaçada e vamos trabalhar de verdade. Vamos fazer isso acontecer. Porque esse povo aqui acredita. Eles não vão desistir. Não vamos desistir. Se tiver que acampar, vamos acampar. Se tiver que gritar, vamos gritar. Mas eu vou ouvir alguém dizer: aqui está escrito da sua casa, e você, realmente, agora é dono dela.

Eu quero parabenizar vocês Vereadores que estão aqui. Que vocês possam acampar junto conosco quando a gente precisar. Que vocês possam realmente, gerar isso junto com a gente, mas parir esse sonho. Colocar isso para fora, - do meu linguajar cearense – porque eu não desisto de uma luta. Eu não desiste de ser mãe. Não desiste de ter uma casa, eu não desiste de trabalhar cada dia, juntar cada centavo e comprar ela. Então favor! Conto com vocês, Vereadores. Conto com você Secretário, para gerar isso, e parir de uma vez por todas, eu quero ser dona da minha casa, porque todo mundo diz, todos os órgãos diz que não é minha porque eu moro em área irregular. Então, por favor, vamos regularizar ela. Obrigada.

- Assume a presidência o Sr. José Police Neto.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Com a palavra do Sr. Giovanni.

O SR. GIOVANI - Boa noite a todos. Eu morava numa residência, era de invasão aí a Prefeitura foi interditou. Está ali, acabei de entregar documentação ali. Falar é fácil, o negócio é provar. E aí o que que acontece? Isso daí foi em 2013. Aí eles pagaram mais ou menos uns cinco seis meses de vale aluguel, depois parou. De lá para cá, nem a casa...

Isso daí foi em 2013. Aí eles pagaram mais ou menos uns cinco, seis meses de Vale Aluguel, depois parou. De lá para cá, nem a casa nem o aluguel e nem nada. Aí, toda vez que vai lá, a assistente social fala: “Olha, está para sair uma nova aí em tal lugar.” Você vê, sai até no jornal. Falou que ia sair uma demanda lá em Itaquera. Eu vi realmente saiu, saiu no jornal e tal, 400 moradias ou 400 famílias, um negócio assim, mas o nosso nome não estava lá novamente.

Até quando? Até quando que vai ficar? É muito fácil falar. Eu trouxe alguns documentos e estou passando para ele dar uma analisada direitinho. O que acontece? Eles demoliram a casa, que era área de risco. Eles foram lá e demoliram. Não posso voltar. A família era grande na época, todo mundo lá e deram Vale Aluguel de 400 reais. Como é que você vai alugar uma casa, um lugar e colocar 5 ou 6 pessoas para ganhar 400 reais? Aqui na área do Centro são 500 reais um quartinho e o banheiro é lá fora. Não cabe, não tem como. Nem o básico que seria esses 400 reais a Prefeitura não está dando mais já faz um tempo. Seria o mínimo, mas já faz tempo.

Olha, quando vai lá e vai falar desse assunto, o seu nome provavelmente vai sair na próxima demanda, por isso que você não vai receber o vale aluguel. “Ah, tá bom”. E aí nem o Vale Aluguel e nem o apartamento. Como é que eu faço? Como é que eu faço? Aí eu vou ficando como?

Eu falo por mim. Eu não tenho mais onde morar. Estou morando em albergue porque eu não tenho como pagar aluguel. Eu não recebo. A documentação está tudo no nome da minha mãe. Não recebo Vale Aluguel. Não tenho onde morar. Como é que eu vou fazer?

Se eu estivesse lá naquela área de risco, provavelmente, não sei, eu estava em um teto. Ou não.

Então, é isso eu gostaria de falar. Boa noite para todos. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Obrigado, Giovani.

Tem a palavra o Sr. Abrão.

O SR. ABRÃO - Boa noite a todos e a todas. Quero em nome da companheira Vereadora Juliana e nome da Vanessa saudar todas as mulheres. O que seria de nós, dos movimentos populares, se não tivéssemos a força das mulheres? São guerreiras e fortes nos nossos mutirões.

Eu queria falar da importância de um plano habitacional no município de São Paulo até porque nós somos um dos municípios mais ricos da Federação e que tem uma arrecadação orçamentária enorme. Hoje você não vê um plano habitacional no Município de São Paulo,

principalmente, em se tratando de interesse social.

Como foi falado, não é que os movimentos são contra as PPPs, mas hoje as pessoas não se enquadram nos critérios das PPPs e não consegue pagar um aluguel, uma prestação de 700 a 800 reais por mês, fora o condomínio, e essa pessoa vai ficar de fora desse apartamento porque não foi um projeto pensado para a população de baixa renda. Precisa ter um programa que de fato atenda a população.

Em segundo lugar, já há muito tempo se acomodaram porque nós brigamos muito para ter esse aporte do Governo do Estado, do Governo Municipal e do Governo Federal, como o Rosalvo falou da unidade e unificação dos contextos gerais. A torneira secou no Governo Federal. Hoje o Governo não se pode dar ao luxo de achar que está fazendo algo por passar até 20 mil, que é o máximo que eles vão passar, falando que está atendendo e que está construindo moradia que, de fato, está, mas é uma contrapartida que está sendo investida. Mas não tem um Plano Habitacional no Município, muito menos no Estado de São Paulo. Então a gente precisa, de fato, ter isso.

Foi falado de IPTU, Secretário.

Os nossos IPTUs, quando nós temos um terreno, principalmente HIS, e há um projeto de lei, há uma lei que nos garante isso, os nossos IPTUs, hoje, nós não temos condição de pagar. Hoje, por exemplo, um dos IPTUs que eu estou com problema está em torno de 400 mil ao ano. E se nós falamos para as famílias que elas têm que pagar, muitas vezes, nós somos mal interpretados e somos denunciados, porque as famílias, se não pagarem, a Prefeitura toma o terreno de nós, porque vem para cima, e nós não temos como pagar. A lei nos garante isso, e não conseguimos finalizar. Então é um problema também que temos.

E queria, Secretário, se possível, nas próximas audiências, que o senhor nos apresente o que está previsto no plano no que diz respeito ao orçamento para 2021, porque não temos essa informação. E que, de fato, o que está previsto, de fato, seja assegurado, principalmente em habitação de interesse social, porque eu não vi na apresentação do senhor, e eu acho que é importante ter essa informação.

Muito obrigado. Parabéns a todos.

- Assume a presidência o Sr. Fabio Riva.

O SR. PRESIDENTE (Fabio Riva) – Tem a palavra a Sra. Francisca Leopoldo.

A SRA. FRANCISCA LEOPOLDO – Boa noite a todos.

Eu quero falar que eu moro na favela não porque eu quero, mas pelas minhas condições. Eu pago 600 reais de aluguel dentro da favela. Aqui, nesta Casa, já foi falado: nós pagamos aluguel numa coisa que não é do dono, é invasão, e é um aluguel caríssimo. Se eu for pagar fora, 600 reais, a imobiliária cobra três vezes a mais o aluguel. Onde que eu tenho o dinheiro do depósito, três vezes o valor do aluguel? Então é nessas condições que eu moro.

Luto por moradia, porque é a única chance que eu tenho de receber uma moradia, eu acredito. O Movimento entregou, mapeado, terrenos na Vila Carioca. Eu cheguei na Vila Carioca com 15 anos, eu estou com 46 anos. E os terrenos que o Maxwell colocou no mapa estão construindo para quem tem, e isso entristece, porque nós lutamos, e nós estamos lutando pelo terreno da Petrobrás. Será possível que nós não vamos conseguir lutar e ser contemplados com a nossa luta, vão roubar também? Eu acredito que o Movimento não vai permitir que isso aconteça, porque nós estamos lá guardando o terreno para que nós sejamos contemplados. E eu já venho lutando há mais de 13 anos. A minha filha tinha seis anos, sonhava com um quarto para ela: “Mãe, eu quero um quarto”. E eu estou na luta. Ela já vai fazer 19 anos. Daqui a pouco, a minha filha casa, e o sonho já era. E eu estou na luta. Estamos lutando até o fim. Não vamos desistir, porque os nossos terrenos que o Maxwell preparou tudo está tudo sendo construído. O da Dom Vilares, o da Campante, o da Amadis, tudo que estava no mapa e pelos quais nós estávamos lutando. Agora, é para gente que tem alto... Entendeu? Todos os prefeitos conhecem o Movimento dos Sem Teto do Ipiranga. Todos passaram por lá. E é que nem o homem falou: entra governante, vai deixando a gente para trás, não vão fazendo. O prefeito que entrar tem que dar continuidade ao projeto, não pode parar. (Palmas) Tem que ver que a pessoa está lutando, que são as pessoas que estão lutando.

Próximo daquele muro do Hospital Heliópolis, as pessoas foram construindo

barracos. Por que a Prefeitura deixa construir de tijolo, pegar fogo, para depois ir lá? Quanto custo não tem pras pessoas que moravam lá, que agora estão aí no Bolsa Aluguel? Quanto custo. Por que não tem uma área sem nada e não mura, e espera as pessoas invadirem? As condições das pessoas são precárias. E moram sem pagar luz, sem pagar água, numa situação precária, e ninguém faz nada, espera pegar fogo para tirar as pessoas de lá. E as pessoas estão aí. Tem outros terrenos. Não vão tomar de conta, murar, deixa lá. As pessoas que estão num beco sem saída correm para lá, invadem, e aí fica essa situação, favela e mais favela. Por isso que nunca consegue acabar a favela. Tem terreno, mas a Prefeitura não faz a moradia. Terreno tem. Nós estamos lá com o terreno da Petrobrás. Cadê que alguém vai lá? Cadê? Quando vai sair o projeto? Nós estamos lutando há anos. E aí? Cadê a moradia? Nós não queremos barraco, nós queremos moradia digna. (Palmas)

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Fabio Riva) – Tem a palavra a Sra. Francidarling, do Rosário Martins, Movimento de Moradia da Região Centro – MMRC.

A SRA. FRANCIDARLING – Boa noite.

Boa noite, trabalhadores e trabalhadoras. Famílias, nós somos maioria. Nós temos que lutar! Lutar, não largar a mão de ninguém. Lutar, porque emprego não tem mais. Não tem emprego, não tem hospital. Nós temos que lutar. Nós paramos o Brasil. Nós somos o Brasil. Nós! Nós! (Palmas) Nós que mandamos! Temos que ir atrás.

Essa semana, eu consegui um quiosque no Jabaquara, bati um contrato com a pessoa que me passou. Como dão golpe em todo mundo aí, né, mais um golpe na minha vida. E a Prefeitura foi lá. Eu trabalho com comida. A Prefeitura foi lá e jogou tudo. E eu fui atrás, fui na Prefeitura. Foram 10 mil reais de mercadoria. Dívida, né. [voz embargada] Viraram para mim e falaram: “Você não pode trabalhar”. E como, gente, eu vou ter uma moradia sem ter um emprego. Como eu vou comprar um apartamento sem ter emprego? Como eu vou comprar um apartamento sem ter dinheiro? Como eu vou sustentar os meus filhos? Você tem a vontade de trabalhar, e não pode. Então, gente, vamos à luta! Vamos lutar, que é tudo nosso! (Palmas)

Lutem! Lutem pelos filhos de vocês! Eu tenho minha filha, hoje, tenho neto, meu genro, de 19 anos, e não tem emprego. E eu falo para ele: “Não desista, que nós vamos conseguir”. Ninguém solta a mão de ninguém! (Palmas) Graças aos movimentos que temos, que todo mundo diz que é só marginal. Não é, gente! Não é! Abram a boca, lutem, que vamos conseguir! Porque, acima de Deus, não tem ninguém aqui. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Fabio Riva) – Obrigado. Miro, do MSTI. (Pausa) Não está aí? Já foi.

Tem a palavra a Sra. Maria Alves Lourenço, a última inscrita. Depois, a Vereadora Juliana Cardoso.

A SRA. MARIA LOURENÇO – Boa noite, pessoal.

Eu sou mais uma que moro na favela. Faz dois anos que estou desempregada. Como a minha colega falou, não tem como você comprar um apartamento estando desempregado. Fora que sabemos que esse negócio de *Minha Casa, Minha Vida é Minha Casa, Minha Dívida*. (Palmas) Eu não vou nem esticar muito a conversa. A única coisa que eu gostaria de pedir aos políticos é que eles tirassem os projetos do papel e realizassem as promessas que fazem, porque sabemos que todo ano, no horário eleitoral, todo mundo faz a sua promessinha. Agora, cumprir que é bom, ninguém cumpre. Vemos que falam assim: “Ah, eu vou vir no bairro de vocês e vou colocar água, vou colocar luz”. Eu moro numa favela faz cinco anos. Dá a impressão que invadimos ontem. Não tem água, não tem luz, não tem esgoto, não tem nada. Agora, se for um político lá no ano que vem, que vai ter eleição para Vereador, aí ele vai falar assim: “Não, eu vou colocar água para vocês, se vocês votarem. Vou colocar água para vocês e vou colocar luz”. São só nessas horas que aparecem os políticos. Então, gente, a única coisa que eu gostaria de pedir a vocês é para que tirem o projeto do papel e cumpram, pelo menos, 50% da promessa que vocês fazem para as pessoas, porque nós, que somos pobres, é que elegemos vocês. Quem elege mais são os pobres, e eu só vejo resultado para os ricos. Então, gente, vamos votar em quem gosta da gente. Obrigada. Boa noite a todos. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Fabio Riva) – Vou passar a para à Vereadora Juliana Cardoso.

A SRA. JULIANA CARDOSO – Obrigada, Vereador Fabio Riva.

Queria cumprimentar todos os companheiros na pessoa da Dona Olga.

Dona Olga, com quantos anos a senhora está? (Pausa) Oitenta e três anos. Meu Deus, será que eu vou chegar a essa idade com essa vinda, esse horário? Porque eu sei que a senhora acordou, como os demais, cinco horas da manhã, já fez um montão de coisas. Já foi visitar um monte de gente, principalmente ali pela pastoral onde a senhora atua, e está aqui. E amanhã tem várias outras atividades, como muitos de nós. O que ela tem de diferente é ter 83 anos. E isso, para mim, é o que faz me dar esperança que a luta vale a pena. Isso que me faz dar esperança de que vocês que ocuparam esta Câmara Municipal com quase duas mil pessoas, nesse momento político que estamos vivendo, como vocês mesmos viram a situação da Amazônia.

Quem me conhece, sabe que eu tenho a minha descendência indígena. Então, hoje, especialmente, eu tenho estado muito triste, devido ao que está acontecendo com a nossa fauna, a nossa flora, com os nossos ancestrais, como nosso sangue indígena, que tem muito no Brasil. E com toda a falta de entendimento desse governo, que tem feito é destruir projetos da saúde, da assistência social, da área de direitos humanos. E a moradia ainda é aquela que está mais organizada.

Eu acho muito lindo como o movimento de moradia forma, como vocês são formadores de opinião. Não teve uma fala aqui nesse plenário em que ela não foi clara em colocar a realidade que vocês vivem e vinculada à política pública. É a beleza de saber, Secretário-Adjunto, que está aqui com a Prefeitura, Fabio Riva, que é Líder de Governo na Casa, que não adianta vir com blá, blá blá e nem com *slide*, porque o que queremos saber mesmo é o que está no orçamento que vai vir para a cidade de São Paulo. (Palmas) Nós queremos saber mesmo, e aí me coloco nessa pergunta, é se vamos fazer toda a discussão de um plano de habitação, e se, na hora H, quando os 55 Srs. Vereadores têm que fazer a

votação, não vão colocar emendas para retirar aquilo que foi discutido em comunidade, junto com os movimentos, ou vão colocar somente a relação de iniciativa privada, que trabalha muito com a questão da especulação imobiliária. O que nós queremos saber é se o plano que já estava previsto, pensado há muito tempo, com diversas reuniões feitas no território, vai ser respeitado. Eu vou estar de olho. Muito. Tenho certeza disso. (Palmas) Aliás, eu aprendi muito nessa caminhada que eu tive aqui, com companheiros que estão aqui, como o Gegê, com o Sidney, com o Raimundo, com a dona Tereza, com a dona Olga, com o Dito. Aliás, a minha primeira ocupação sabe como foi, Fábio Riva? Quando eu já estava vereadora. Tirando a Juta, com quem eu já tinha uma caminhada histórica junto com a pastoral, mas, como Vereadora, o Gegê me procurou na madrugada dizendo assim: “Juliana, vão derrubar o São Vito”, que tem 2500 unidades de habitação para fazer a construção de um pátio de estacionamento. E agora a gente passa por lá, tem o Sesc, mas derrubou 2500 unidades. E eu falava assim: “Não é possível”. Passamos a madrugada debaixo daquela marquise que tinha ali perto tentando entender o que poderia fazer como luta. Claro, naquele momento, foi a minha primeira grande decepção como Vereadora. E aí eu quero até compartilhar com os demais, achando que nós temos o poder. Nós temos um pouco de poder, sim, de ficar aqui, de falar, de ter a tribuna, de incomodar. Mas, naquele momento, eu não tive o poder que eu gostaria de ter de mandar todo aquele banco de gente da especulação imobiliária embora e garantir 2500 unidades. Foi muito triste aquele período. Foi a primeira decepção que eu tive ocupando um cargo legislativo, com a força que ele poderia ter ou não, porque a força do capitalismo é muito forte, quando quer e quando está muito bem direcionada, mas não derruba a força do povo. Se derrubasse a nossa esperança, a partir do momento que aquelas casas caíram, outras casas que estão ali vinculadas a áreas de risco, vocês não estaríamos com quase duas mil pessoas aqui lutando pelo direito.

Companheiras e companheiros, e Vereadores que aqui são meus colegas de trabalho, com os quais aprendi muito e pelos quais tenho muito respeito. Aqui, todo mundo me chama de briguenta. Mas uma coisa que eu sempre dialogo muito com eles é o seguinte:

vamos divergir nas ideias e na atuação, mas a relação dos partidos, muitas vezes, são importantes para a construção de política pública. E para nós, nesse momento político que vivemos, vai ser de fundamental importância fazer uma grande frente dos partidos para garantir recursos necessários para que sejam executados projetos habitacionais populares. A iniciativa privada já tem muito dinheiro, não precisa dos recursos públicos para fazer isso. (Palmas) É o povo que é assalariado ou não que precisa ter moradia digna. Portanto, vamos estar de olho. E já vou dizer, hein: se o negócio apertar e vocês quiserem colocar emenda, emenda, emenda, pensem que o movimento de moradia ocupa, sabe ocupar. E mostramos isso no plano diretor.

Muito obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Fabio Riva) – Obrigado, Vereadora Juliana.

Quero passar rapidamente ao Eduardo, até pelo tardar da hora. Depois, fazemos os encerramentos.

O SR. EDUARDO DEBRASSI – Olha, em primeiro lugar, companheiros, eu queria demonstrar a minha solidariedade pessoal, e como gestor público, ao drama em que vive as famílias da cidade de São Paulo nesse momento. E também ter claro e debater com vocês que esse problema não acontece apenas agora, essa situação não se iniciou hoje na cidade de São Paulo. Eu tive a felicidade de entregar 2400 títulos de regularização fundiária para uma ocupação chamada Primeiro de Outubro, na região de Guaianases - (Manifestações longe do microfone) Exatamente, com o Sr. Elgito Boaventura -, ocupação pela qual, enquanto estudante, aos 20 anos de idade, tive a felicidade de conhecer pela primeira vez a luta dos moradores da cidade de São Paulo por moradia digna. Era essa ocupação, a Primeiro de Outubro, e outra, em que havia um barracão preto, em Guaianases. São 40 anos de luta para poder fazer a entrega desses 2,4 mil títulos para as famílias que lá estavam. A felicidade foi ver homens e mulheres que lutaram durante esses 40 anos; a tristeza foi ver que vários deles não chegaram ver esse sonho realizado.

Então, eu queria deixar uma mensagem para vocês: a luta popular vale a pena. A luta popular transforma. A luta popular constrói. A luta popular é um elemento fundamental para

qualquer gestão democrática na cidade de São Paulo. Digo essas palavras porque nesses 4 meses como Secretário, com a honra que o Prefeito Bruno Covas me deu de ser Secretário-Adjunto da Secretaria Municipal de Habitação de São Paulo, eu recebi vários de vocês. Mas também, companheiros – e eu sempre disse isto nas reuniões -, eu pessoalmente não venderei ilusões. Esses números que nós apresentamos aqui não serão resolvidos por um governo – nem por dois, nem por três, nem por quatro. Isso é uma questão muito mais ampla, um problema muito maior, que tem na habitação o seu desaguadouro, mas depende de um conjunto de mudanças da situação econômica, social e fiscal do Brasil que precisa ser empreendido conjuntamente com vocês. O Orçamento da cidade de São Paulo, apesar de ser o maior Orçamento municipal do Brasil, não tem os recursos necessários para contemplar todas as demandas que existem na cidade de São Paulo. E o processo de Conferência, para cujo debate estamos querendo trazer todos vocês, é justamente para que possamos dialogar com o conjunto da sociedade e possamos definir, como diz o Plano Municipal de Habitação, prioridades a serem pactuadas com vocês, para as pessoas saberem o que será feito primeiro, o que será feito depois e o que será feito posteriormente. Mas que todos saibam, dentro desse planejamento feito na cidade de São Paulo, em que momento seu atendimento será realizado.

Digo isso porque, do ponto de vista de ver especificamente cada um dos movimentos, estamos abertos. Que todos tenham um telefone, e a quem quiser, eu disponibilizo o meu telefone pessoal para que sejam atendidos na Secretaria e nós possamos dar respostas. Eu anotei várias das reivindicações e das questões que surgiram nesse debate, e nós queremos ter vocês na Secretaria para ver qual encaminhamento será dado, cada um deles, mas com a clareza de que nem todas as demandas serão resolvidas. Porque quem vende isso está vendendo ilusão, e eu não vendo ilusão a vocês. Se tivermos que falar que não é possível ser feito neste momento, falaremos abertamente e diremos por quê. Seremos transparentes na decisão que será adotada.

Em segundo lugar, eu queria dizer o seguinte: não é que não está sendo feito nada na cidade de São Paulo. Tem muita coisa sendo feita na cidade de São Paulo. Ou entregar 21

mil apartamentos, a maioria deles para a faixa 1, a ampla maioria desses no chave a chave, não é uma conquista para a cidade de São Paulo e uma conquista de vocês? Da mesma forma, as 160 mil regularizações. Quando falo que estamos realizando 160 mil nesse biênio, estou falando também que nós estamos deixando de regularizar 700 mil, que precisam ter continuidade enquanto programa para que essa questão seja resolvida. Mas vou dizer para vocês quais são as 160 mil, em que mês essas regularizações serão feitas e quais os recursos que serão colocados lá. E se houver a disponibilidade e a possibilidade de fazermos um debate sobre a execução orçamentária de São Paulo, tanto dos Fundos quanto... Porque também no Fundo existe a presença da sociedade civil. Existem pessoas que representam os movimentos dentro desses Fundos, como existem dentro do CMH. Mas estou à disposição de vir aqui e apresentar todos esses números e quais foram as áreas atendidas, para que haja uma absoluta transparência do ponto de vista de nossa gestão, da gestão do Prefeito Bruno Covas em relação a isso.

Por determinação da Lei de Responsabilidade Fiscal, existe uma obrigatoriedade de apresentação desses dados na Comissão de Finanças, como quadrimestralmente é feita; mas faço uma apresentação específica, se assim for determinado pelo nosso relator e por esta Comissão, e se houver disposição de vocês para me ouvir. Muito obrigado e até logo.

A SRA. JULIANA CARDOSO – Vereador Fabio Riva, sei que V.Exa. já está encerrando por conta do adiantado da hora, mas há duas coisas...

O SR. PRESIDENTE (Fabio Riva) – É que.. Podemos discutir o PPA. É que o PPA está encerrando. É o último ano do PPA.

A SRA. JULIANA CARDOSO – A primeira pergunta. A gente vai ter um projeto de lei aqui na Casa que falará sobre anistia. Foi falado aqui por diversas pessoas, e tem havido na Cidade empreendimentos com mais de 1 milhão de IPTU. Eu queria que o senhor já começasse a estudar com o Governo uma garantia de que nessa anistia que virá para esta Casa possam ser incluídas as palavra mágicas, que resolverão a vida do povo, que são “remissão” e “cancelamento” dessa dívida. Essa é a primeira questão.

A segunda é que haja o entendimento que nessa relação do projeto que vai vir à Casa, do Plano Municipal de Habitação não haja nenhum tipo de emendas depois que for para o Plenário para votação, na primeira e na segunda votação. Claro que isso aqui será discutido. Mas, se houver uma boa organização do Governo junto com os demais Vereadores, o movimento ficará mais tranquilo no sentido de não surgirem emendas que não forem discutidas com o Pleno. Obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Fabio Riva) – Vamos passar a palavra ao Vereador José Police Neto.

O SR. JOSÉ POLICE NETO – Sr. Presidente, serei sintético. A primeira coisa é que não podemos frustrar quem veio aqui. E todo mundo que veio aqui quer sair daqui com alguma resposta. Vocês vieram aqui para ter uma resposta. Então, acho fundamental que consigamos anunciar que cronograma é esse e quais as fórmulas que há, já que o nosso Secretário aqui anuncia que ele tem como dizer onde serão as 160 mil regularizações fundiárias ainda feitas pela gestão e, se vão ser construídas 21 mil unidades habitacionais, quais são as 21 mil famílias que serão atendidas. Porque o que tem de fundamental na ação do movimento popular é que, depois que o movimento vem aqui, vai falar para outros. E se a conversa para na metade, quem é mais cobrado e criticado serão as lideranças do movimento popular que vieram e escutar de nós. (Palmas)

Então, é fundamental que consigamos, primeiro, ter um cronograma. E quando se for falar da parte da regularização fundiária, que consigamos dizer: “Tem 25% que serão para a região Norte, atendendo tais, tais e tais distritos, com tantas famílias, tais loteamentos precários que serão finalizados”, “Terá tal investimento”, “Vai custar 742 reais para cada uma das entregas que faremos”, “Na Habitação, temos essa distribuição: vai atender famílias desse movimento, desse movimento, desse outro movimento, desse outro”. Aí, a dúvida que fica em cima da cabeça de todo mundo – sobre se você é enganado, se você é passado para trás, se vai haver alguém com costas mais quentes do que as minhas ou é maior do que eu, que será beneficiado – acaba, e todo mundo passa a confiar em quem está do lado de cá porque a

informação foi dada. (Palmas)

Acho isso fundamental. Assim, peço esse esforço ao Presidente Fabio Riva, que é compromissado com o movimento popular de moradia, para termos um cronograma e até o compromisso do nosso Secretário para que possamos trazer informação real. Ele falou que não dá para fazer tudo. Nós já sabemos que não dá para fazer tudo, mas daquilo se for fazer, temos que saber o que será feito, porque aí podemos lutar. Lota-se a Câmara Municipal, põe-se mais um pouco de recurso! (Palmas) Chamam-se todos os 2 mil que vieram aqui, faz vigília na votação do Orçamento!

Portanto, sabemos como pressionar, mas precisamos de um pouquinho mais de informação para todo mundo confiar um pouquinho mais em algo que está superdesgastado, que é o tal do político que engana, que não conta, que não faz. Vamos resgatar o compromisso do político que traz a palavra e faz aquilo que fala! (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Fabio Riva) – Muito bem, Vereador Police Neto. O Sr. Secretário-Adjunto quer responder a questão de ordem da Vereadora Juliana? (Pausa)

O SR. EDUARDO DEBRASSI – Quero dizer à Vereadora Juliana Cardoso o seguinte: eu me comprometo a levar esse debate para a Secretaria de Finanças, que é a Secretaria responsável por essa questão. E se for necessário, a gente fazer uma reunião junto com o Secretário de Finanças, Sr. Philippe Duchateau, para tratar desse ponto.

A SRA. JULIANA CARDOSO – Eduardo, aí não vai funcionar, porque, infelizmente, esse Secretário...

O SR. EDUARDO DEBRASSI – Acontece, Vereadora, que eu não respondo por essa questão. Do ponto de vista de gestão administrativa, eu respondo pela Secretaria Municipal de Habitação.

A SRA. JULIANA CARDOSO – Só para explicar: meu questionamento não foi com o Sr. Secretário, pois essa questão do IPTU não é com sua pasta somente, mas é com o Fábio Riva...

O SR. PRESIDENTE (Fabio Riva) – Ah, comigo?

A SRA. JULIANA CARDOSO – ... que é Líder do Governo . Exato! É o senhor quem faz o diálogo entre Câmara Municipal e Governo. É com o senhor mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Fabio Riva) – Mas você sabe que eu tenho o maior interesse nesse assunto. Já retomando a fala, agradeço à Vereadora Juliana.

Quero também externar todo o nosso compromisso. Acho que o Vereador Police Neto já externou muito bem qual é o compromisso de quem milita e trabalha com os movimentos de moradia. Estou vendo amigos neste recinto, como o Abrahão. O pessoal que está presente sabe da nossa luta e que o meu trabalho com o movimento também não é diferente. Esperar 10 anos, 12 anos, 15 anos para aprovar um loteamento de interesse social na cidade de São Paulo é desumano! Desumano!

A partir de agora, acho que inauguramos um novo tempo, principalmente para o Plano Municipal de Habitação. Esta não será a última reunião. Teremos, na de Constituição, Justiça e Legislação Participativa, outra audiência cuja data será acertada, e vamos informar os senhores e as senhoras. Vamos fazer mais uma, ou seja, vamos promover por várias audiências públicas para tratar de regularização fundiária, de Orçamento, dos modais, dos modelos com que trabalharemos – PPP, autogestão, lote urbanizado -, para que possamos aprimorar principalmente esse projeto. Para isso, precisamos de vocês.

Estamos nesta audiência com 3 Vereadores, e é necessário que mais Vereadores participem, precisamos engrossar esse coro; do contrário, recairá sobre nossas costas uma responsabilidade que é de cada um de nós.

Hoje inauguramos um novo tempo nesta Casa. Quero contar muito principalmente com a experiência de cada um de vocês – experiência de vida e de movimento -, para que possamos cada vez mais aprimorar esse projeto. Tenho certeza, Vereadora Juliana, que o Prefeito Bruno Covas está atento a isso; por isso, pediu para o Eduardo vir aqui e também pediu ao João, que está lá também nos fóruns das Cohab's, dos Secretários de Habitação, para que possamos, sim, fazer uma pressão para o Governo Federal não abandonar, como abandonou, as lutas sociais, principalmente a luta dos movimentos de moradia.

Assim, por requerimento de minha autoria, discutimos hoje o PL 619/2016, do Executivo, que dispõe sobre o Plano Municipal de Habitação, conforme o previsto no artigo 283 do Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo, de acordo com o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social.

Agradeço muito, do fundo do coração, a presença de vocês de todos os movimentos, de todos os líderes, dos representantes do Conselho Municipal, do Vereador José Police Neto, do Secretário-Adjunto Eduardo Debrassi, da Vanessa, da Vereadora Juliana Cardoso e, principalmente de cada um de vocês. Uma boa noite.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerra a presente audiência pública.
